

O BAIRRO CONTEMPORÂNEO: ENSAIO DE ABORDAGEM POLÍTICA*

Marcelo José Lopes de Souza **

Sob o sistema moderno de vida social, todos os laços de união entre os habitantes de uma mesma rua ou "vizinhança" desapareceram. Nos bairros ricos das grandes cidades, os homens vivem juntos sem saber sequer quem é seu vizinho. Mas nas ruas e becos densamente povoados dessas mesmas cidades todos se conhecem bem e se encontram em contato contínuo. Naturalmente, nos becos, como em todas as partes, as pequenas rixas são inevitáveis, mas também se desenvolvem relações segundo as inclinações pessoais, e dentro destas relações se pratica a ajuda mútua em tais proporções que as classes mais ricas não têm idéia. ***

(...) O verdadeiro progresso está na descentralização, tanto **territorial** quanto **funcional**, no desenvolvimento do espírito local e da iniciativa pessoal, e na federação livre do simples ao complexo, em vez da hierarquia atual, que vai do centro à periferia. ****

INTRODUÇÃO

Assistimos, hoje, à paulatina saturação de um assunto que, até alguns anos atrás, era tema da moda entre pesquisadores sociais, sobretudo sociólogos: o ativismo de bairro (ou, para usar a expressão corrente, os movimentos sociais urbanos). Essa saturação, porém, não nos deve iludir quanto a duas coisas:

1.º) A realidade dos conflitos urbanos e das contradições sociais manifestadas no urbano está longe de ter desaparecido. Na verdade, se acompanharmos a evolução da problemática sócio-espacial inerente ao crescimento das metrópoles do Terceiro Mundo, apenas para tomar um exemplo eloqüente, verificaremos que a tendência é, pelo contrário, de aguçamento daquelas contradições, em muitos casos de forma bastante evidente; e

* Recebido para publicação em 20 de setembro de 1988.

** Geógrafo e Mestre em Geografia. Pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ e Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — PUC — RJ.

Desejo registrar minha gratidão, pelas sugestões e críticas construtivas recebidas, especialmente para com os professores Roberto Lobato Corrêa (IBGE/UFRJ) e Maurício de Almeida Abreu (UFRJ).

*** Piotr Kropotkin: A ajuda mútua na sociedade moderna, in: Kropotkin — Textos Escolhidos Porto Alegre, L&PM, 1987

**** Piotr Kropotkin: Anarquismo, in: *ibid.*

2.º) A produção acadêmica oferecida a propósito do ativismo de bairro não "esgotou", de maneira nenhuma, o assunto, quer em termos de questões levantadas, quer em termos de enfoques preconizados. Bem ao contrário, tal produção se nos apresenta tematicamente incompleta e, sob diversos aspectos, atrasada em relação ao pensamento filosófico e político contemporâneo, tendo por características a monotonia teórica, o acentuado empirismo e a pouca densidade teórico-filosófica de grande parte da produção e o habitual alheamento em face de uma série de questionamentos e preocupações cruciais no mundo atual, de ordem político-social — a crise do movimento operário e seus desdobramentos, a crise do pensamento marxista, a crítica à tecnologia e à espacialidade capitalistas.

O objetivo do presente ensaio é realçar a dimensão política — o poder, o conflito — daquilo que é, para o ativismo de bairro, palco cotidiano, arena de luta mais imediata, referencial organizativo básico e catalisador simbólico: o bairro.

O Espaço não tem o mesmo significado para os diversos tipos de ativismo social. Enquanto dimensão da Sociedade concreta ele tem sempre, e necessariamente, importância fundamental; afinal de contas, é o palco sobre o qual se desenrola a vida social, um suporte material básico para qualquer atividade humana. Contudo, esta é uma colocação excessivamente genérica. O Espaço não é um palco "neutro" em situação alguma, e sua materialidade — como, de resto, qualquer materialidade — exerce um certo condicionamento sobre os atores sociais, configurando uma dialética¹; não obstante, esse condicionamento relativo varia, em

natureza e intensidade, conforme o tipo de relação social.

No caso do ativismo de bairro, o Espaço não é, pelo que já disse no segundo parágrafo, simplesmente um referencial indireto ou secundário para as lutas, pouco indo além da condução de suporte material. Ele é um referencial direto e decisivo, pois; define territorialmente a base social de um ativismo, de uma organização, aglutinando grupos e por vezes classes diferentes (em níveis variáveis de acomodação ou tensão); catalisa a referência simbólica e politicamente o enfrentamento de uma problemática com imediata expressão espacial: insuficiência dos equipamentos de consumo coletivo, problemas habitacionais, segregação sócio-espacial, intervenções urbanísticas autoritárias, centralização da gestão territorial, massificação do bairro e deterioração da qualidade de vida urbana. Essa característica de riqueza de vínculos com o Espaço, essa sua grande dimensão "telúrica" é plena de conseqüências, conforme indiquei alhures, num trabalho maior.²

Não sugiro, em absoluto, que o Espaço seja **determinante** do conjunto do processo por influenciar seus alicerces; são as formas de produção material, política e cultural-simbólica do Espaço que impõem certos limites, e não o Espaço em si mesmo, como se ele fosse, a rigor, também um agente³. Num estudo crítico e holístico como se pretende este, o palco não poderia ser privilegiado, nem mais ou menos deslocado das multifacetadas relações sociais que devem ser examinadas, quando de uma análise propriamente do ativismo de bairro, análise que todavia não será feita aqui. Penso dissipar, assim, temores a propósito de uma fetichização do espaço social na minha

¹ Trata-se do movimento de ação recíproca que se estabelece entre as relações sociais e o Espaço produzido nos marcos de uma organização social determinada. Este, uma vez produzido dessa ou daquela maneira, passa automaticamente a atuar como um dos referenciais para a vida e os projetos dos seus produtores, homens em sociedade. Esta **dialética sócio-espacial**, para usar a expressão de Soja, Edward (vide Bibliografia); foi pioneiramente tratada por Lefèbvre Henri, se bem que seu núcleo teórico — a inércia exercida pela materialidade sobre a dinâmica social — tenha já sido discutido, a um nível de consideração da materialidade total, por Sartre, no **Critique de la raison dialectique** (vide Bibliografia).

² Este ensaio é, com algumas adaptações, uma fusão do Capítulo 2 com uma parte do Capítulo 3 da dissertação de Mestrado **O que pode o Ativismo de Bairro? Reflexão sobre as Limitações e Potencialidades do Ativismo de Bairro à Luz de um Pensamento Autonomista**, submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ e aprovada pelo mesmo em 1988.

³ É óbvio que a dimensão inerciente imanente ao Espaço não torna este, posto que materialidade inconsciente, agente sócio-histórico, mas apenas nos fez descartar qualquer idéia de neutralidade relativamente a ele.

concepção da relação entre o ativismo e o bairro. No entanto, para não incorrer no parcialismo contrário e negligenciar o palco da Sociedade concreta, tratando-o desavisadamente como um epifenômeno, cabe elucidar o papel — positivo, negativo ou ambíguo — desempenhado pela espacialidade, nos marcos de uma determinada forma de apropriação desta pelas práticas sociais. Tentei proceder a um esboço dessa elucidação, no âmbito de uma análise crítica do ativismo de bairro, no trabalho maior a que fiz referência no parágrafo anterior.

Conquanto as páginas que seguem procurem evidenciar a insuficiência do estado em que se encontram atualmente as contribuições ao conceito e à teoria dessa importante realidade urbana que é o bairro — importante sobretudo numa ótica que valorize as práticas dos cidadãos em momentos outros que não somente o do trabalho, e buscando lembrar, ao mesmo tempo, a incompatibilidade entre o legado de uma espacialidade adaptada a uma sociedade desigual e uma hipotética sociedade mais justa cuja construção é o nosso desafio —, o presente trabalho não almeja satisfazer amplamente tal carência. De fato, uma visão razoável do que seja o bairro no contexto de uma cidade (sociedade) capitalista sob efeito direto ou indireto do monopolismo avançado parece-me requisito indispensável ao exame das especificidades, limitações e potencialidades do ativismo de bairro contemporâneo. Foi isto que me conduziu a uma apreciação das mais representativas contribuições existentes e, em seguida, a um esforço de crítica e eventual integração delas, na perspectiva da superação de dicotomias. O objetivo, porém, não foi o de proceder a um estudo tematicamente exaustivo do bairro, mas apenas o de aplainar o terreno para a discussão, feita noutro lugar, do ativismo. Isso implicou, naturalmente, o sacrifício de umas tantas discussões que, embora relevantes, não foram encaradas como de aprofundamento prioritário em face de um interesse pela questão política do bairro.

Este ensaio polemiza, simultaneamente, com os marxistas e a “intelligentsia”

reacionária, pensando o espaço urbano produzido pelo capitalismo — notadamente o urbano-metropolitano — sob inspiração de um projeto de repensamento da questão da mudança social radical. Tal projeto, que podemos chamar de **autonomista**, é, no meu entender, um “herdeiro moral” do anarquismo clássico, e tem seu espírito sintetizável nestas duas paisagens de Cornelius Castoriadis, seu melhor representante:

“A liberdade numa sociedade autônoma exprime-se por estas duas leis fundamentais: sem participação igualitária na tomada de decisões não haverá execução; sem participação igualitária no estabelecimento da lei, não haverá lei. Uma coletividade autônoma tem por divisa e por autodefinição: **nós somos aqueles cuja lei é dar a nós mesmos as nossas própria leis**”.

“Abolir a heteronomia não significa abolir a diferença entre a sociedade instituinte e a sociedade instituída — o que, de qualquer forma, seria impossível —, mas abolir a **submissão** da primeira à segunda. A coletividade dará regras a si mesma, sabendo que o faz, sabendo que elas são ou se tornarão sempre, em algum lugar, inadequadas, sabendo que pode mudá-las — e que elas a constroem durante todo o tempo em que não as tiver mudado **regularmente**”.⁴

O QUE OFERECE A LITERATURA ESPECIALIZADA (BREVÍSSIMA NOTÍCIA)

Sobre o conceito de bairro em geral

Quando se examina a literatura acadêmica (sociológica, geográfica, urbanística e antropológica) à procura de tratamentos teórico-conceituais da realidade **bairro**, surpreende-se com a relativa escassez destes, pelo menos no que concerne a contribuições de peso.

Na Geografia, a discussão teórica sobre o bairro tem sido tradicionalmente

⁴ Castoriadis, Cornelius. Introdução: socialismo e sociedade autônoma, p. 22 e 34 (para referência completa, vide Bibliografia).

superficial. Não faltaram, é certo, alusões aos bairros nas grandes obras de sistematização teórica em Geografia Urbana⁵, bem como estudos de caso onde um (ou mais) bairro (s) era (m) objeto de atenção⁶. Todavia, a constituição e os interesses da geografia clássica enquanto “ciência da ponte homem/meio” impediram a construção de um ambiente intelectual favorável ao estudo do bairro num nível de aprofundamento satisfatório quanto à natureza e ao papel sociais dessa realidade. A Geografia Urbana clássica ficava satisfeita em poder estabelecer, partindo do senso comum, do bairro como uma noção popular dada “a priori” ao pesquisador, a natureza da individualidade da “alma singular” de um determinado bairro, enfatizando a relação do meio físico (sítio) com a evolução da ocupação humana.

A preocupação diversionista com os condicionamentos e favorecimentos naturais foi, com o passar do tempo, sendo atenuada, e gradualmente complementada por descrições e considerações funcionais (funções internas do bairro e seu papel na cidade).⁷ “Ciência dos lugares e não dos homens”, entretanto, a Geografia prazerosamente abdicou de um interesse desinibido pelas questões sociais

em favor de outras disciplinas, o que restringiu sensivelmente o alcance da paulatina “desnaturalização” da Geografia Urbana. Mesmo o aparecimento das análises sobre a vivência e a percepção do bairro, no âmbito da “Geografia da Percepção e do Comportamento”⁸, representou pouco mais que uma simples transmutação de interesses sem ruptura com a tradição de acriticismo e pouca profundidade. É possível que, finalmente, na esteira do amplo movimento de crítica aos positivismos a que hoje se assiste na Geografia, contribuições ponderáveis venham a ser oferecidas. De todo modo, isto me parece ser ainda, no máximo, uma promessa, e não já uma realidade expressiva⁹.

Os urbanistas forneceram já algumas achegas significativas, mas não propriamente um conceito de bairro. (Refiro-me, aqui, não aos urbanistas no sentido mais corrente, que exercem uma prática intelectual normalmente acrítica e cujo interesse para nós liga-se somente ao fato de que municia e legitima ações de estruturação e desestruturação de bairros, modificando a vida urbana através de zoneamentos, grandes obras e programas de renovação urbana; refiro-me aos estudiosos da história e da natureza das re-

⁵ George, Pierre. O Geografia Urbana, por exemplo, representativo da fase terminal da Geografia Clássica (vide Bibliografia). Mais tradicional é o Geografia Urbana de Taylor, Griffith (vide Bibliografia), onde aliás o bairro não conhece sequer uma definição, sendo apenas lembrado em alguns momentos por força de referências empíricas. Uma discussão limitada, mas algo estimulante, pode ser encontrada no *Geographie des villes de Lavedan*, Pierre (vide Bibliografia), este livro, todavia, dificilmente pode ser considerado representativo da Geografia Urbana Clássica. Escrito por um urbanista dublê de Geógrafo, sintomaticamente tem o seu ponto alto, no que concerne à análise do bairro, numa meditação sobre o papel dos zoneamentos como fatores de modificação dos bairros.

⁶ Um bom exemplo é o ensaio “O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro”, Soares, Maria Therezinha de Segadas (vide Bibliografia).

⁷ O que era feito de maneira normalmente acrítica. não se cogitava de exames que considerassem a composição social ou a história da ocupação dos bairros nos marcos da segregação e da luta de classes e da divisão do trabalho urbano, algo bem diferente das usuais caracterizações superficiais em “classes baixas”, “classe rica” etc., e do diversionismo representado pela análise da influência do sítio na ocupação (o que não quer dizer que eu entenda, teoricamente, toda referência ao papel do sítio como necessariamente diversionista).

⁸ A “Geografia da Percepção e do Comportamento”, que encarnou uma mistura de neopositivismo e subjetivismo, é mais bem representada, no tocante aos estudos de bairro, pelos trabalhos de Bertrand, Michel-Jean e Metton, Alain (vide Bibliografia).

⁹ As correntes que emergiram na esteira da crítica ao neopositivismo permanecem, ou incipientes no que concerne a uma reflexão teórica sobre o bairro que seja de fato algo profundo e novo em relação ao que outras disciplinas já produziram, ou sintomaticamente reticentes em abraçar o tema — é o caso de certas orientações marxistas, que aparentemente secundarizam o bairro enquanto categoria de análise por considerá-lo por demais ligado ao senso comum, a subjetividades e a outros diversionismos frente à tarefa de elucidação do “movimento geral objetivo da sociedade”. A pesquisa geográfica vem, indubitavelmente, se renovando e enriquecendo muito nos últimos anos, mas resta a questão de até que ponto o constrangimento disciplinar não obstaculizará a escalada de vários geógrafos rumo a um aprofundamento e a uma ampliação de horizontes no que concerne à análise do bairro.

lações entre cidade e cidadão). Lewis Mumford, no seu **A Cidade na História**¹⁰, mesmo sem se deter em apreciações teóricas sobre o bairro, ofereceu subsídios para uma visão histórica dos bairros, nos marcos da evolução da estrutura e da dinâmica urbanas; Pierre Lavedan, outro nome digno de relevo, urbanista dublê de geógrafo, contribuiu com uma interessante discussão do papel da afetação legal do solo (zoneamentos) sobre as realidades de bairro¹¹. Sob o ângulo teórico, no entanto, o nome mais importante é o de Kevin Lynch, dado o pioneiro resgate que fez da dimensão subjetiva, sempre tão marginalizada pelos cientificismos e objetivismos, em seu **A Imagem da Cidade**¹², que influenciou estudiosos de diversas áreas. Preocupado com a “aspecto das cidades e sobre a possibilidade de mudança e a importância desse aspecto”¹³, Lynch investiga a cidade enquanto Espaço sentido e vivido, a partir das imagens mentais que os habitantes fazem de sua urbe e de suas diversas partes componentes. Em tal contexto, um dos referenciais privilegiados por Lynch, precisamente por ser um dos referenciais básicos dos cidadãos, é o bairro.

Em que pese sua tradição de pesquisadores das sociedades ditas primitivas, os antropólogos vêm já, por meio do campo mais ou menos recente, que é a Antropologia Urbana, colaborando, ainda que indiretamente, para a tarefa de análise teórico-conceitual do bairro. Para dar exemplos brasileiros, é nítido o avanço desde o pioneiro trabalho de Gilberto Velho sobre os **White-collars** copacabenses, o **A Utopia Urbana**¹⁴, até o belo estudo que é o **Quando a Rua Vira Casa**¹⁵. Em Velho, a individualização do bairro é efetivamente feita com base em considerações funcionais (presença e especialização de atividades, ritmos e tipos de trabalho), fisionômicas (paisagísticas) e mesmo da ocupação histórica do local e a relação disto com o meio natural (onde

se nota um diálogo com a Geografia clássica); não há, porém, um aprofundamento, e a leitura propriamente típica da Antropologia mostra-se ainda incipiente à escala do bairro (que não é abordado com igual profundidade, concentrando-se as atenções num estrato social particular e num prédio específico). No **Quando a Rua Vira Casa**, embora não se encontre uma conceituação de bairro, pode ser buscado um conjunto de idéias aproveitáveis para se pensar uma dada realidade. Neste último trabalho a inclinação emblemática da Antropologia se faz presente com grande intensidade, corporificada numa prosa agradável, à qual se aliam recursos como desenhos, fotografias e até mapas mentais: a subjetividade e a intersubjetividade são privilegiadas e relacionadas à objetividade das formas espaciais e da dinâmica urbana, no âmbito de uma forte sensibilidade para com os aspectos culturais (**stricto sensu**) do elo Espaço/Sociedade. Desenvolvendo sua vocação disciplinar para a ênfase sobre como uma coletividade percebe, sente e vive seu bairro, a Antropologia poderá ofertar uma contribuição de sensibilidade complementar da aridez objetivista de outras abordagens — muito embora a custo da negligência para com aspectos essenciais de cunho político e econômico e mesmo cultural, concernentes às relações de produção e à luta de classes, freqüentemente despolitizadas no subjetivista discurso antropológico (preço amiúde pago pela Antropologia a uma divisão do trabalho acadêmico castradora e a uma tradição viciada).

Enfim, a contribuição dos sociólogos. Rica em estudos de caso, os quais segundo Chombart de Lauwe, “tiveram um grande sucesso em diversos países”¹⁶, a Sociologia foi também a disciplina que mais avançou no plano teórico-conceitual. Mais profunda que a Geografia em suas análises, a Sociologia, conquanto historicamente, a exemplo daquelas, não

¹⁰ Mumford, Lewis. **A Cidade na História** (para referência completa, vide Bibliografia).

¹¹ Lavedan, Pierre, op. cit.

¹² Lynch, Kevin. **A Imagem da Cidade** (para referência completa, vide Bibliografia)

¹³ Ibid., p. 9.

¹⁴ Velho, Gilberto. **A Utopia Urbana** (para referência completa, vide Bibliografia).

¹⁵ Quando a rua vira casa (para referência completa, vide Bibliografia).

¹⁶ Lauwe, P. H. Chombart de. “Pesquisas de campo e estudos de caso” (para referência completa, vide Bibliografia).

tenha assumido um projeto crítico de descortinamento das raízes e dos pressupostos cultural-ideológicos da noção popular de bairro e do fetichismo espacial embutido no senso comum — só o fazendo tardiamente, a partir da crítica ao culturalismo nos anos 70, mas incorrendo então numa lamentável negligência para com o bairro enquanto categoria de análise —, de outra parte não se limitou a descrições impressionistas e exames funcionais ralos, apanágio dos geógrafos, ou a registros empíricos de percepções e vivências cotidianas, selva temática desvirginada por Kevin Lynch e depois colonizada por antropólogos urbanos, pela “Geografia da Percepção e do Comportamento” e outros. Baixo uma ótica mais voltada para a objetividade da vivência que para a subjetividade da percepção, a Sociologia Urbana culturalista tipicamente tratou o bairro como algo que “deve sua realidade à qualidade de seus habitantes e às relações que eles mantêm”¹⁷. Um privilegiamento, pois, das relações e da composição sociais objetivas como parâmetros de identificação e de delimitação.

O esforço de conceituação do bairro associou-se a uma estipulação da escala espacial a que se vinculam certas relações sociais, que preenchem e animam (“anima”: alma) o Espaço-bairro. Quer dizer, a individualidade de um bairro no seio da urbe seria definida por uma certa coesão social e pela abrangência de uma vida de relações orgânicas e associada ao Espaço particular do bairro, à sua escala.

Para Raymond Ledrut¹⁸, o bairro não é um simples “sistema de relações primárias e informais”, qualificação que ele estabelece para a unidade de vizinhança

(“unité de voisinage”); ele é, como esta, “formado por um tecido de relações sociais”, mas abrange uma área maior — em regra, para ele, uma área tão grande que não possa ser situada à escala do pedestre, chegando a afirmar taxativamente que com um perímetro acima de 5 km não se pode falar de bairro¹⁹ —, e compreende relações formais e secundárias. Ciosos do rigor classificatório, os culturalistas haviam já, desde muito, inserido o referencial bairro num seletivo conjunto de unidades territoriais de análise sociológica no meio urbano, entre as quais ele emerge como uma particularmente importante “unidade analítica de base”, para usar a expressão de Hauser e Matras.²⁰ É altamente significativo que em 1952 — momento em que a Antropologia Urbana ainda estava em gestação e quando a maioria dos geógrafos urbanos se achava ocupada com inventários de formas e funções e com avaliações dos papéis do sítio e da posição — P.H. Chombart de Lauwe tenha já oferecido uma bateria completa de categorias analíticas, situando o bairro (**quartier**) e os grupos de bairros (**groupes de quartiers**) entre a unidade de vizinhança e o setor geográfico (**secteur géographique**), no intróito teórico-metodológico do importante estudo *Paris et l'agglomération parisienne*²¹.

Sobre a teoria da relação bairro/conflito social

Preocupei-me, nas páginas precedentes, em recuperar o que havia de mais expressivo na literatura especializada, em termos de contribuições conceituais gerais sobre o bairro. Caracterizo o quadro global como de escassez relativa, consi-

¹⁷ Segundo acertada caracterização dos geógrafos Bertrand e Metton (“Contribution à l'analyse...”, op. cit.) a propósito do “bairro dos sociólogos”. O que não quer dizer, sublinho, que a Sociologia culturalista negligenciasse inteiramente a subjetividade, que é explicitamente invocada, em termos de percepção espacial, por exemplo, no clássico *Paris et l'agglomération parisienne* (Lauwe, p. H. Chombart de et alii, Presses Universitaires de France, Paris, 1952).

¹⁸ Ledrut, Raymond, *Sociologia Urbana* (para referência completa, vide Bibliografia).

¹⁹ Ibid., p. 127.

²⁰ Hauser, Philip e Matras, Judah, “Unidades territoriais de análise” (para referência completa, vide Bibliografia).

²¹ Lauwe, P. H. Chombart de, *L'agglomération parisienne*” (para referência completa, vide Bibliografia).

derando que, ao mesmo tempo direta e minimamente profunda e abrangente, quase só se dispõe da clássica contribuição da Sociologia culturalista, em que pesem os novos horizontes promissores postos para o aprofundamento da reflexão antropológica e para a renovação do discurso geográfico.

Mas, quando se adotam lentes mais precisas, o julgamento não é mais de escassez relativa: no momento em que se busca na literatura algum tratamento que, a manter o interesse pelos aspectos culturais (subjatividade e intersubjatividade, cotidianidade, semiótica e vivência do bairro), os examine articuladamente com as dimensões econômica e política, fazendo intervir na sua plenitude a questão do **conflito**, o caso passa a ser de praticamente ausência.

A Sociologia Urbana de um Ledrut ou de um Chombart de Lauwe não poderia desempenhar tal papel, pois seu compromisso teórico-filosófico com o ecologicismo limitava-a essencialmente. O ecologicismo, perspectiva assim denominada em função da auto-rotulada escola de "Ecologia Humana", emergiu a partir dos anos 20 entre sociólogos da Universidade de Chicago (Ezra Park, Ernest Burgess e outros), conquistando mais tarde adeptos pelo mundo afora. Inspirado no darwinismo social spenceriano, o ecologicismo propunha explicar a diferenciação étnico-cultural e sócio-econômica do tecido urbano com base numa "lei natural", a saber: a "vitória dos mais aptos" na "luta pela vida". Com a naturalização do Social, a miséria e a segregação eram encaradas como produtos de uma ordem na-

tural, escamoteando-se os mecanismos de exploração e operação historicamente instituídos e atribuindo-se, em última instância, a responsabilidade ao destino ou aos próprios indivíduos, que não se esforçavam o bastante para progredir e vencer na (luta pela) vida. Sob o ecologicismo, cada bairro individualizado em matéria de classes e/ou conteúdo cultural era visto enquanto "área natural", que tenderia "a recolher da corrente competitiva móvel da cidade os indivíduos particulares a ela predestinados".²² É certo que Ledrut e Chombart de Lauwe não representam este naturalismo escancarado; o culturalismo destes autores, porém, fruto de uma crítica **interna** da Sociologia burguesa, abrandou a determinação ecológica (a fetichização do Espaço) sem eliminá-la, ao mesmo tempo — e por isso também — em que permaneceu refratária ao desmascaramento dos conflitos essenciais da sociedade heterônoma.²³

Os culturalistas podem ser divididos em clássicos, como Ledrut e Chombart de Lauwe, herdeiros diretos da Escola de Chicago e inseridos no clima cultural da modernidade, e neoculturalistas, que hoje emergem na esteira de uma certa "Nova Sociologia". A diferença básica entre os dois grupos, separados historicamente pela crítica marxista dos anos 70 e pela emergência do pós-modernismo (com o que ele tem de saudável e de podre, de autenticidade e de farsa medíocre), é que, enquanto os primeiros enfatizavam a atomização, a desagregação e a desmaterialização do bairro, revelando uma mescla de nostalgia e melancolia (Ledrut é exemplo didaticíssimo), os últimos se inclinam a apostar no "neotribalismo" como contraponto compensatório da mas-

²² Zorbaugh, Harvey. "Las áreas naturales de la ciudad" (para referência completa, vide Bibliografia).

²³ A "área natural", para Zorbaugh, *ibid.*, é "uma unidade na estrutura física da cidade, tipificada por individualidade física e pelas atitudes, pelos sentimentos e pelos interesses característicos das pessoas segregadas em seu seio" (p. 87). O naturalismo foi suavizado pelos "novos ecólogos humanos" da Califórnia (ver Shevky, Eshret e Bell, Wendell, "Análisis de area social". In: Theodorson (org.), *op. cit.*), que substituíram a expressão "área natural" pela expressão "área social". Finalmente, o culturalismo de um Ledrut ou de um Lauwe, Chombart de, desprende-se ainda mais do ecologicismo naturalista, da "análise das variáveis do meio", que se admite, porém, poder ainda "ser muito útil no início dos trabalhos sobre organização social" (Lauwe, Chombart de, "A organização social no meio urbano". In: Veijo, Otávio (org.), *O Fenômeno Urbano*. Guanabara, Rio de Janeiro, 1987, p. 126). Seja como for, em todos estes casos o que se tem é um descolamento entre a cultura, de um lado, e a economia e a política, de outro, o que anda de braços dados com uma maior ou menor fetichização do Espaço: perdendo-se de vista os vetores econômicos e políticos mais gerais que atravessam, costuram e conformam realidades e Espaços locais, o destino acaba sendo uma investigação dos valores dos cidadãos, das "almas próprias" dos bairros e das relações sociais com base no cotidiano, na distribuição dos grupos sociais no Espaço, nas vivências e ritmos de vida modelados por um contexto social de onde a **luta de classes** foi eliminada como fator explicativo.

sificação da sociedade, do bairro.²⁴ Além disto, metodologicamente os "novos" resgatam a dimensão subjetiva mais do que usualmente faziam os clássicos, pretensamente assim realizando um esforço holístico.²⁵

A semelhança essencial entre os dois grupos fica por conta da negligência para com as dimensões econômica e política. Secundarização do econômico a reboque de uma (in)compreensão idealista da dinâmica social contemporânea, o que leva à postulação de uma atual predominância da cultura sobre a economia.²⁶ Secundarização do político na esteira de uma não-percepção do conflito num sentido radical — luta de classes historicamente alimentada por contradições sociais —, abrindo-se espaço a um horizonte de procura de equilíbrios (ainda que dinâmicos) e a uma banalização das tensões sociais ao ponto de esvaziá-las através da ótica da **negociação**.²⁷ Tais negligências, implícitas nos culturalistas clássicos, são explicitadas ao som de fanfarras pelos neoculturalistas. Curioso que Michel Maffesoli, conquanto admita o perigo de que o horizonte negociação/equilíbrio possa levar à justificação da opressão,²⁸ ignore **efetivamente** esse perigo e decida "correr o risco". Embriagado por um idealismo que o impede de ver a cotidianidade também em seu conteúdo conflituoso radical e em seu condi-

cionamento material, Maffesoli só consegue enxergar o renascimento da vida de bairro nas grandes cidades — e assim contrapondo-se ao pessimismo de um Ledrut — despindo-o de seu conteúdo material-econômico e político em favor de um privilégio da pura afetividade enquanto fator de aglutinação.²⁹ O **ativismo de bairro** está ausente, pelo menos em sua expressão mais contestatária.

O grande debate puxado pelos sociólogos marxistas a partir dos anos 70, no que se refere à questão dos bairros, diz respeito a uma objeção ao empirismo e fetichismo espacial contidos nas contribuições de um Chombart de Lauwe e de um Ledrut. O questionamento marxista, sintetizado pioneiramente por Castells no **A Questão Urbana**, consiste em desmascarar o escamoteamento de determinações globais do modo de produção, efetuado pelos ecologicistas e culturalistas. O bairro, como unidade urbana ou meio residencial específico, não tem, para os marxistas, sua individualidade sustentada por uma relação de tipo ecológico entre um grupo e seu Espaço. Rejeita-se, portanto, a idéia da formação de uma "área natural" (ou "área social", na pena propriamente culturalista), espacialização de uma subcultura analisável isoladamente. Ao contrário, para os marxistas o bairro é uma individualidade porque internaliza diferenciadamente, comparativamente a

²⁴ Ledrut, no *Sociologia Urbana*, crê que deva existir uma alternativa à desumanização da cidade; sua visão do bairro, entretanto, simultaneamente como "unidade de consumo, cuja realidade coletiva é fraca", e como "comunidade de bairro, de acentuada consciência coletiva" (p. 112), constatando ele a destruição do segundo aspecto e a permanência quase só do primeiro, carrega uma melancolia indistigível. Já Maffesoli, em *O Tempo das Tribos* (Forense, Rio de Janeiro, 1987), saúda a alternativa que a seus olhos emerge como poderoso contraponto à atomização — as "novas tribos". A diferença entre Ledrut e Maffesoli — sem contar a muito superior qualidade intelectual do primeiro — é do mesmo teor daquela entre a Virgem Maria de antes e de depois da Revelação. *O Tempo das Tribos* é o "Magnificat" do culturalismo.

²⁵ Maffesoli, Michel, *ibid.*

²⁶ *Ibid.* É interessante observar que a pós-modernidade parece oferecer, na conta de uma compreensão fenomênica do mundo contemporâneo e sob a forma de uma pretensa inversão hierárquica das "esferas" do Social (pois o analiticismo não trabalha com **dimensões** de um Social-concreto radicalmente indivisível, mas com "esferas", ou seja, membros decepados e autonomizados) — da dominância da economia para a dominância da cultura —, o melhor dos pretextos para um neoculturalismo. Tal idealismo, é importante termos presente, não é um mero rebento tardio do culturalismo clássico: é o idealismo adaptado à contemporaneidade, e mais atrevido que nunca, ironicamente ajudado pela autodesmoralização de um materialismo objetivista e economicista (vulgar) do qual ele é a imagem invertida (vulgar!).

²⁷ *Ibid.*

²⁸ *Ibid.*, p. 162.

²⁹ *Ibid.*, p. 62, onde se interpreta a vivificação do bairro nas grandes cidades contemporâneas invocando um "divino social" e esquecendo a dimensão política (e a econômica) que está igualmente na base dessa vivificação — a qual, a manifestar-se como efetivo desejo de autonomia, recusa o "guru" e a "celebridade local" que Maffesoli vê como peças fundamentais.

outros bairros, as determinações globais do modo de produção, internalização diferenciada essa que é historicamente mutável e comandada pela própria lógica do modo de produção em sua exigência de divisão espacial do trabalho, em seu corolário de segregação sócio-espacial etc.

Em que pese a validade de uma crítica do ecologicismo e da fetichização do Espaço, os marxistas têm, como nota, o Castells de 1983, com honrosas exceções, “reduzido a cidade e o espaço à lógica do capital”³⁰ (coisa que o Castells de 1972 mesmo fez). Banindo as subjetividades eivadas de “falsa consciência” em nome de um objetivismo cientificista, autoritário e messiânico, desprezando a dimensão espacial (vista como simples reflexo das relações sociais), tendendo a considerar reacionário o cotidiano (“reino do senso comum”) e dispersiva a afetividade dispensada ao bairro — e, finalmente, enfraquecendo até mesmo o papel historicamente constitutivo dos conflitos sociais concretos —, os marxistas mais comprometidos com a orientação economicista simplesmente representam a inversão da fórmula culturalista: da predominância do cultural à determinação pelo econômico; do bairro sem conflitos para o conflito sem bairro. Sim, conflito sem bairro: reduzido a um mero palco/reflexo, a um simples referencial para a manifestação da luta de classes a partir da especificidade da arena da reprodução da força de trabalho, o bairro normalmente perde, numa pena marxista, o conteúdo cultural, afetivo, que também responde pela resistência — resistência daqueles que querem ser donos do seu cotidiano. Perde, igualmente, a densidade de suas particularidades como arena e catalisador, inacessível à apreensão com base num equipamento teórico forjado para dar conta da luta na esfera da produção (e cujas insuficiências e defeitos, mesmo aí, vêm já sendo denunciados).³¹

Henri Lefèbvre poderia ser uma grande exceção à dicotomia bairro sem conflito/conflito sem bairro, dentro do universo

marxista — se é que, em relação a ele, o qualificativo “marxista heterodoxo” faz de fato sentido. Não foi ele, afinal, precisamente por rejeitar o economicismo, abrir-se à cultura e à subjetividade e ver no Espaço algo mais que um reflexo da organização social, rechaçado ou incompreendido por tantos marxistas? Infelizmente, porém, sua principal contribuição à reflexão sobre o bairro consiste exclusivamente numa crítica lapidar ao empirismo culturalista e à “ideologia comunitária” que ele endossa e alimenta, crítica essa corporificada num pequeno artigo publicado originalmente em 1967.³² Está ausente desse escrito, pelo menos de maneira explícita e desenvolvida, uma recuperação das idéias de bairro e comunidade em sua dimensão de positividade, positividade em face de um projeto de crítica ao capitalismo: o bairro e a comunidade, desde que naturalmente encarados de forma não-conservadora e infensa a (anti-) utopias de “equilíbrio entre desiguais”, entendidos enquanto referenciais para a edificação de uma sociedade verdadeiramente livre e humana, podendo completar um esforço de crítica do **status quo**.

O Manuel Castells de 1983, por seu turno, também não é realmente um exemplo de superação da dicotomia bairro sem conflito/conflito sem bairro. De um lado, porque o seu tratamento do bairro é insuficiente, não fazendo justiça à riqueza dos vínculos entre o ativismo de bairro e o seu palco/arena imediata/catalisador simbólico. De outro, porque o conflito, nesse Castells “neoliberal ‘gauchiste’”, se acha emasculado no âmbito de uma capitulação frente o **status quo** democrático-burguês.

Os sociólogos marxistas L. A. Machado da Silva e A. C. Torres Ribeiro observaram que, no âmbito do que eles denominam paradigma de estudo dos movimentos sociais urbanos, tão frágil teoricamente e tão insofista politicamente, “questões relativas à heterogeneidade social nos bairros e dos bairros (...) terminaram por ser raramente, ou nunca,

³⁰ Castells, Manuel. *The City and the Grassroots*, p. 297 (para referência completa, vide Bibliografia).

³¹ Ver, de Castoriadis, Cornelius, por exemplo “A questão da história do movimento operário” (para referência completa, vide Bibliografia).

³² Lefèbvre, Henri, *Barrio y vida de barrio* (tradução espanhola. Para referência completa, vide Bibliografia).

levantadas de forma consistente.”³³ Isto é um fato. Ainda, se os “paradigmáticos” ignoraram o catalisador-bairro em sua plena complexidade como categoria de análise, ao perderem de vista na sua radicalidade a divisão e o conflito de classes inscritos nos bairros, também os marxistas, por outra via, tendem a não fazer justiça à densidade dos vínculos existentes entre o Espaço, particularizado como bairro, e as relações sociais, especificadas nas suas ligações afetiva, simbólica, econômica e política com aquele referencial espacial.

UMA PROPOSTA DE VISÃO HOLÍSTICA

Muito embora as diversas achegas disciplinares sumariadas no subcapítulo anterior constituam inegável patrimônio, cujo conhecimento me parece indispensável, inegáveis também são as suas limitações, em parte, justamente por se tratar de achegas disciplinares — isto é, de várias maneiras controladas pela divisão do trabalho acadêmico em vigor, e assim comprometidas por parcialismos analíticos. A única tradição pretendidamente holística historicamente significativa, o materialismo histórico, na verdade, é um holismo entre aspas, pois submerge a subjetividade e divide analiticisticamente o Social em esferas hierarquizadas, além de vir tipicamente subestimando a dimensão espacial das realidades sociais.³⁴ Quanto ao neoculturalismo de um Maffesoli, que quer posar de holismo, tampouco convence. Enquanto o marxismo fala do conflito social e da sua base econômica, resistindo a ver o bairro em sua

integridade (reduzindo e mesmo desqualificando a dimensão simbólica, afetiva, cultural), o neoculturalismo privilegia o que o materialismo histórico descarta, descurando o que este tem na conta de essencial.

Nos marcos em que eu insiro o assunto, uma discussão sobre o bairro se me afigura como uma empreitada vasta e séria, dados o seu cunho polêmico, a complexidade inerente a um enfoque holístico e a sua importância política, vale dizer, para a transformação social. Uma empreitada que demanda, penso, para se alcançar satisfatória profundidade, toda uma cuidadosa pesquisa à parte. E, além do mais, a noção popular de bairro é fluidica, evolui (às vezes com rapidez), o que constitui um certo obstáculo às pretensões de elaboração de algo como uma teoria geral do bairro, ao menos no que se refere à dimensão subjetiva/intersubjetiva.³⁵ Entretanto, como já deixei claro, seria problemático, dentro da minha proposta de trabalho, discutir os ativismos de bairro apoiado apenas nas conceituações existentes. Tentarei agora, portanto, sem a ambição de focalizar todos os pontos, delinear uma conceituação alternativa, que seja a um só tempo um possível convite a investigações mais aprofundadas e um dos referenciais, de caráter assumidamente experimental, da discussão nuclear deste ensaio.

Subjetividade & Objetividade

Principiarei o esboço conceitual com a seguinte pressuposição básica, em redor da qual construirei a argumentação desta seção: o bairro, qualquer bairro, é simultaneamente uma realidade objetiva e subjetiva/intersubjetiva, e estas duas dimensões interpenetram-se e condicio-

³³ Silva, L. A. Machado da e Ibeiro, A. C. Torres, “Paradigma e movimento social: por onde andam nossas idéias?”, p. 82 (para referência completa, vide Bibliografia).

³⁴ O esforço mais abrangente na direção de oferecer uma abordagem holística generosa a partir da incorporação densa da subjetividade e da espacialidade ao pensamento marxista foi desenvolvido por Lefèbvre Henri, o qual foi sintomaticamente atacado por marxistas “ortodoxos” e mesmo “heterodoxos”.

³⁵ A constatação da fluidez da forma e da natureza da percepção (que é feita por Bertrand é Metton — texto de 1974; vide Bibliografia) não deve ser descolada da constatação da mudança dos processos sociais objetivos. De qualquer maneira, o que desejo aqui assinalar é que, no que concerne aos bairros, uma generalização para um período e um Espaço muito vastos (por exemplo, o bairro sob o capitalismo) encerra, para os processos sociais objetivos, uma considerável dose de abstração, mas uma tal generalização teórica, ao nível da dimensão subjetiva/intersubjetiva, é simplesmente abusiva.

nam-se uma à outra ao longo processo histórico.

A rigor, a realidade social como um todo estabelece-se como uma dialética entre o objetivo e o subjetivo.³⁶ No entanto, o bairro pertence àquela categoria de "pedaços da realidade social" que possuem uma **identidade** mais ou menos inconfundível para todo um coletivo; o bairro possui uma identidade intersubjetivamente aceita pelos seus moradores e pelos moradores dos outros bairros da cidade, ainda que com variações. Logo, é necessário aqui abordar de um modo muito especial essa dialética objetivo/subjetivo.

Um olhar fenomenológico sobre a constituição dos bairros evidencia que o bairro corresponde a uma certa parcela da cidade que, por força de relações sociais, constitui para o indivíduo um Espaço vivido e sentido. O reconhecimento e a sensação do bairro, que advêm do fato de ser ele o Espaço onde se encontra a casa de um indivíduo, e onde ele talvez tenha nascido, onde se acham igualmente as casas de amigos, a praça que ele frequenta aos domingos pela manhã, é entretanto aqui colocado em termos ideais. É certo que um fragmento urbano, por mais que encerre unidade de composição material e social, se não desperta o menor afeto, a menor empatia, ou simplesmente como referencial para o dia-a-dia, não é um bairro, mas tão-somente uma parcela da cidade singularizável por este ou aquele critério. Contudo, e dado que a vivência do Espaço tem intensidade variável de pessoa para pessoa, situações existem em que, de uma forma geral, o bairro é uma realidade pouco significativa para a maioria das pessoas nele residentes. Acompanhemos este comentário de Yi-Fu Tuan:

A falta de um conceito de "bairro" como o do planejador urbano (uma área

da cidade que tem sua unidade definida em termos de características físicas e sócio-econômicas, registra Tuan) está bem ilustrada no estudo de Herbert Gans sobre o bairro West End de Boston. Este antigo distrito operário foi declarado zona deteriorada, tendo sido demolido de acordo com um programa federal de renovação, entre 1958 e 1960. Os defensores do distrito tiveram dificuldade em obter o apoio dos residentes. Os moradores de West End nunca usaram a palavra "bairro". Mostravam pouca preocupação com o distrito como uma entidade física e social; seus interesses se restringiam unicamente à própria rua e às lojas que freqüentavam. Os políticos, ao reconhecerem este localismo extremo, prometiam melhorias para cada rua em vez de para todo o distrito. Eles não procuraram conscientizar os seus eleitores além do pequeno mundo que conheciam. Quando todo o bairro de West End foi ameaçado de demolição, os moradores de repente tomaram consciência do problema. Mesmo assim, alguns estavam certos de que, embora todo o bairro fosse ser demolido, sua própria rua não seria atingida. Os residentes locais que participaram da comissão para salvar West End eram um punhado de intelectuais e artistas. Ao contrário de seus vizinhos, estas pessoas tinham um conceito de "bairro". Gans explicou:

"Apesar de serem ativos dentro dos seus próprios grupos de colegas, suas carreiras e interesses criativos os separam psicologicamente dos outros grupos. (...) Como resultado, desenvolveram uma forte identificação simbólica com West End. Em parte devido a suas habilidades e marginalidade, foram capazes de desenvolver um conceito holístico de West End como um bairro".³⁷

Resumindo, é imprescindível que uma realidade, para ser um bairro, desperte **empatia** no cidadão, pois é essa empatia, a sensação de entrar no bairro,

³⁶ Vale dizer, uma dialética entre aquilo que objetivamente muda e a repercussão dessa mudança sobre as formas de ver o mundo, as quais, não mudando todavia enquanto puros espelhos da objetividade, e podendo agasalhar a **invenção**, num sentido radical, retornam sobre a objetividade, modelando-a. A dialética entre objetividade e subjetividade, nos marcos de uma dialética aberta e não-racionalista, que reconheça que "a pergunta: 'o que é, no que sabemos, que vem do observador (de nós), e o que vem do que existe?' é, e sempre será, indecidível" (Castoriadis Cornelius, "O domínio social-histórico" — para referência completa, vide Bibliografia), me parece ter sua afirmação mais profunda precisamente com Castoriadis (ver ainda, deste autor, *A Instituição Imaginária da Sociedade*).

³⁷ Tuan, Yi-Fu, *Espaço & Lugar* p. 188-9 (para referência completa, vide Bibliografia).

por exemplo, como alude Kevin Lynch,³⁸ que é a base da identidade do bairro. Quando há uma **apatia** radical e generalizada, então o fragmento urbano em questão não é um bairro. A empatia, enfim, pode traduzir-se como simples reconhecimento de uma identidade (reconhecimento amparado por forte diferenças objetivas ou mesmo apenas pela tradição), com juízos de valor fraco e nebulosamente manifestados; ou pode traduzir-se claramente por **simpatia** ou **antipatia**. A simpatia, que se realiza como afeição pelo bairro, apego ao bairro, sugiro chamarmos **bairrofilia**, recordando a idéia geral de Tuan (**topofilia**).³⁹

A atribuição de um significado ao bairro, a formação de uma imagem mental forte, a construção da identidade do bairro na mente do indivíduo, a própria bairrofilia, dependem de diversas circunstâncias, o que é exemplificado pela situação examinada por Tuan a partir do relato de Herbert Gans. De outra parte, uma sensação especial de familiaridade e intimidade com o bairro onde se mora normalmente não se reproduz com a mesma intensidade ou da mesma forma relativamente a outros bairros da cidade — os quais são conhecidos por força do deslocamento para o trabalho, para o lazer esporádico ou para as residências de parentes ou amigos; e, eventualmente, em muitos deles, um determinado indivíduo pode nunca ter posto o pé. Discutirei mais à frente o relativo enfraquecimento da vida de bairro nas grandes cidades de hoje; graças a esse enfraquecimento e à cosmopolitização da vida urbana nas metrópoles contemporâneas, a oposição “meu bairro” (colossal carga experiencial) versus “outros bairros” (estranhamente, usualmente pequena bagagem experiencial) se esmaece. No entanto, apesar desse esmaecimento o bairro onde se mora permanece quase sempre sendo o Espaço mais intensamente vivenciado, mesmo quando a bairrofilia não é muito pronunciada.

A vivência do (e o apego ao) bairro, conquanto seja de certo modo única para cada indivíduo, necessariamente

consiste num terreno mais ou menos comum para todo um conjunto de indivíduos, os quais vêm assim suas imagens mentais se aproximarem e se superporrem a ponto de possibilitar a comunicação. Comunicação de um referencial, comunicação de uma afetividade. Quando duas pessoas se referem ao mesmo bairro, a primeira dificuldade poderia ser o estabelecimento de limites precisos. Essa dificuldade reside na freqüente inexistência de limites claros, inquestionáveis. Todavia, o cidadão comum, não envolvido com o planejamento ou a administração territoriais, não precisa se preocupar com a questão, comumente bizantina, da definição de limites precisos. Bizantina porque, ao mesmo tempo em que a estrita subjetividade não pode habitualmente ser eliminada — a não ser quando um marco é irrecusavelmente condicionante para a delimitação —, uma tradição de demarcação, calcada na existência de alguns marcos objetivos suficientemente consensuais (ainda que seu simbolismo esteja fossilizado, mantendo-se a tradição viva quase que por uma força de inércia). As pessoas inconsciente ou conscientemente sempre “demarcam” seus bairros, a partir de marcos referenciais que elas, e certamente outras antes delas, produzindo uma herança simbólica que passa de geração a geração, identificam como sendo interiores ou exteriores a um dado bairro. Os limites do bairro podem ser imprecisos, podem variar um pouco de pessoa para pessoa. Mas se essa variação for muito grande, dificilmente estar-se-á perante um bairro, porque dificilmente haverá um suporte para uma identidade razoavelmente compartilhada, ou um legado simbólico suficientemente expressivo. Para existir um bairro, ainda que na sua mínima condição de referencial geográfico, é necessário haver um considerável espaço de manobra para a intersubjetividade, para uma ampla interseção de subjetividades individuais.

É preciso, agora, fazer intervir explicitamente a dimensão objetiva. Se esquecermos esta face, cairemos num im-

³⁸ Lynch, Kevin, op. cit. Em seu **Geografia Urbana**, op. cit., George Pierre também chamou a atenção para esse aspecto: “o morador refere-se ao seu bairro, quando quer situar-se na cidade; tem a impressão de ultrapassar um limite quando vai a um outro bairro” (p. 76).

³⁹ Tuan, Yi-Fu. **Topofilia** (para referência completa, vide Bibliografia).

passa: ignorando a dimensão objetiva, teremos de aceitar que as nossas mentes são as únicas responsáveis pela existência dos bairros, os limites destes sendo ditados por aquelas como um artifício de organização do mundo, pura e simplesmente. Este idealismo não ajudará a explicar satisfatoriamente o porquê das consideráveis interseções de subjetividades que são os bairros. Afinal, em que tantas pessoas se baseariam para construir identidades tão próximas, dando origem a uma imagem comum supra-individual? A despeito do seu habitual charme estilístico, a exaltação idealista das subjetividades só faz esconder os condicionantes externos a cada um de nós de *per se*; condicionantes sócio-materiais, logo, sendo uma força de inércia contra a transformação do estado de coisas vigente, alienante e, para uma grande maioria, opressor. O extremo oposto, o objetivismo, exorciza precisamente a dimensão humana que a exaltação idealista das subjetividades, o subjetivismo, exclusiviza ou privilegia. Nestas circunstâncias, vemos que a denúncia que o objetivismo faz do subjetivismo e o caminho alternativo para o qual ele aponta humanisticamente não são convenientes. É imperativo fazer interagirem dialeticamente as duas dimensões da realidade social, sem o que os bairros serão **coisificados** (objetivismo: o bairro como uma individualidade objetiva de formas espaciais e funções, historicamente forjadas no contexto da ação das "leis gerais da sociedade" e acima das subjetividades) ou então **fantasmagorizados** (subjetivismo: o bairro é um Espaço vivido e sentido por um coletivo, mas a realidade sócio-espacial que existe objetivamente, fora da mente de cada um, não é examinada seriamente e criticada).

A dimensão objetiva da realidade social como um todo é historicamente construída por homens que, apesar das interseções de subjetividades, a entendem, **em última análise**, de modo singular, cada um. A construção por conseguinte se dá, da parte de cada indivíduo, com condicionamentos tanto intersubjetivos quanto estritamente subjetivos (únicos). A realidade possui uma face una, o seu em-si objetivo, face essa

que é construída pelos homens a partir da dialética entre a intersubjetividade e suas subjetividades e a inércia e as necessidades impostas pela materialidade existente. Não existe algo como uma face objetiva pura da realidade social, tanto quanto não existe uma subjetividade que crie ou se imponha absolutamente ao mundo. O que efetivamente existe são os múltiplos aspectos da interação dessas duas dimensões, dessas duas faces.⁴⁰

Toda a discussão anterior é relevante para a análise dos bairros e do ativismo de bairro. Os diferentes moradores não encaram o seu bairro exatamente da mesma maneira, em que pese a interseção de subjetividades. As diferenças ficam por conta de fatores tais como a situação de classe, a faixa etária e a ocupação, e valores a eles associados. Igualmente as semelhanças derivam de fatores como estes. Podemos apreciar esta questão através da exposição de Yi-Fu Tuan a propósito do drama do West End de Boston. Vendo o bairro de modo diferenciado, a ação, a participação, a intervenção — ou a inação, a omissão e o descaso — serão diferenciadas também. Para uns, o bairro representa a casa e a rua onde se nasceu e brincou, os amigos e vizinhos, as árvores amigas, as paisagens familiares; para outros, ele apenas significa um Espaço valorizado, um **locus** específico onde possuem imóveis que propiciam rendas.

Entre a intensa bairrofilia e a plena indiferença são tantas as possibilidades quantos são os tons de cinza entre o branco e o preto. Certamente, a intensidade e o tipo de participação individual para melhorar a vida no bairro dependem desses condicionamentos da dialética objetivo/subjetivo referidos anteriormente. Também a procura por um determinado bairro ou o desejo de mudar são influenciados, num nível mais específico, pelo grau de aceitação das valorações dominantes. Em síntese, o desejo e a possibilidade de mudar de bairro; a maneira como se vivencia o bairro onde se mora, como ele é visto, a imagem que dele se tem; a participação ou a não-participação dos indivíduos junto aos problemas e à vida do bairro; tudo isto está

⁴⁰ Castoriadis, Cornelius (Ver nota 36 supra).

condicionado por uma dialética entre fatores objetivos — proletário/burguês, antigo no bairro/recém-chegado, inquilino/proprietário, jovem/velho — e valorizações diferenciadas — vinculadas à diversidade de vivências da objetividade historicamente produzida. A apreciação dessa dialética é fundamental para se avaliar, sem parcializações, os vários tipos e os distintos níveis de participação na vida do bairro.

Além disso, o conteúdo do bairro, ou como o conteúdo é encarado, afeta a própria demarcação. Exemplificarei com referenciais cariocas.

Para um hipotético antigo morador, a Muda pode representar um referencial geográfico com o qual mantém forte ligação sentimental; o **seu bairro**. Por outro lado, para efeito de promoção de um prédio de apartamentos no lugar, é razoável conjecturar que os responsáveis pelo lançamento poderiam decidir que o referencial Muda deveria aparecer nos anúncios subordinado a outro de maior **status**, concernente a uma outra escala, em frases propagandísticas do tipo: “venha morar na Muda, o recanto mais tranquilo da Tijuca”. É possível, até, que a publicidade suprimisse inteiramente o referencial mais específico, por julgá-lo pouco comercial. E tal posição empresarial não pode ser reduzida a termos de “má fé” quanto à sua estratégia de **marketing**, pois num plano cultural mais abrangente, que transcende de muito os interesses envolvidos nas vendas de apartamentos de um edifício na Muda, esta pode de fato ser vista como parte de uma “Grande Tijuca”. Este exemplo, com efeito, nos remete ao problema da hipertrofia de referenciais, sob pressão de ideologias criadas e continuamente reforçadas por máquinas publicitárias e meios de comunicação de massa. A assimilação coletiva de novas visões sobre referenciais geográficos configura, em sua relação com a produção e a valorização econômicas do Espaço, uma dialética de ação recíproca.

Vejamos outro exemplo hipotético.

Se um jovem mora numa rua que fica “mais ou menos entre” o Méier e o Cachambi, é provável que, para as “gati-

nhas” que ele conhece nas festas fora do bairro, ele diga que mora no Méier; mas faça constar que reside no Cachambi na hora de, para alcançar um determinado benefício econômico (uma bolsa de estudos, digamos), ter de documentar uma alegada condição de carência financeira. E, todavia, se a ambigüidade realmente existe (pois os limites comumente não são inquestionáveis), estamos não diante de verdade \times mentira, mas perante uma situação permitida pela impossibilidade de, concretamente, estabelecer uma fronteira objetivamente bem fundamentada e perfeitamente linear entre dois bairros contíguos como os mencionados — onde temos, isso sim, uma faixa de transição, tampouco formalizável em última instância. Se os marcos definidores são nebulosos, e se o jovem do exemplo reside num ponto mediano, então ele de fato pode tirar partido da ambigüidade, pois efetivamente mora em ambos os bairros, na medida em que mora “entre” eles. (Gilberto Velho, no *A Utopia Urbana*,⁴¹ oferece um exemplo a propósito da construção subjetiva da realidade, relativo aos limites entre Copacabana e Ipanema, onde moradores dilatam subjetivamente a área deste último bairro a fim de abarcá-los, dada a sua maior valorização social).

Não sendo um processo mecânico mas dialético, a interação entre objetividade e subjetividade/intersubjetividade não se dá com a monótona precisão de um movimento maquínico. Há lugar para momentos específicos, para descompassos. De um lado pode o subjetivo, por força da cultura ou da ideologia, não reconhecer como um bairro particularizado uma realidade objetivamente singularizada — por exemplo, uma grande favela encravada em meio a bairros assim reconhecidos pelo senso comum (comentarei este tipo de situação, a da dicotomia bairro/favela, na seção Do Preconceito ao Divisionismo). De outro lado, podem objetivamente inexistir diferenças gerais, de conteúdo funcional ou sócio-econômico, entre dois bairros limítrofes; neste caso, bastante comum, a distinção entre eles repousa na tradição, preservada intersubjetivamente, e

⁴¹ Velho, Gilberto, op. cit.

cuja raiz objetiva, dada pelo processo de ocupação e transformação do Espaço, já se diluiu na paisagem. Assim é que, apesar de imperceptíveis para um recém-chegado, para um antigo morador os limites entre o seu bairro e os bairros vizinhos podem ser razoavelmente "visíveis", familiares, em razão do legado de uma forte carga intersubjetiva que lhe imprime na mente referenciais.

A unidade na diversidade

Idéias iniciais

Uma conceituação como a presente-mente esboçada tem seu núcleo numa avaliação da **historicidade** do bairro. Buscar essa historicidade equivale a procurar aqueles traços comuns que, a despeito das transformações ao longo do tempo e das diferenças interespa-ciais, permitem que enxerguemos uma certa unidade. Não se cogitou aqui da adoção de uma postura essencialista, na acepção de que postular-se-ia como válido perseguir uma essência fechada e a-histórica para o bairro. Conforme observou Castells, no contexto de uma crítica à concepção congelada de bairro do empirismo (de um Ledrut), "não se descobrem "bairros" como se vê um rio".⁴² O significado, o conteúdo da idéia **bairro** são mutáveis como a própria realidade objetiva. Entretanto, a meu ver uma certa unidade na diversidade é garantida pela permanência de alguns aspectos ao longo da evolução das cidades, não obstante as manifestações diferenciadas segundo o contexto e o momento.

A formação histórica dos bairros envolve inicialmente a questão de saber em que medida este tipo de realidade tem sido visto de maneira mais ou menos semelhante em distintos contextos culturais. Informa-nos, por exemplo, o **Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana**,⁴³ acerca da palavra "barrio":

"Voz tomada do árabe, e que só se acha em nosso idioma, no português (bairro) e no catalão (barri). A etimologia é **barr, bar**, terra, campo, campo imediato a uma população. Bar, barr, bar-rio, continuou chamando-se esse campo mesmo depois de se haver edificado nele; e por último veio a significar barrio uma das divisões locais ou municipais das povoações, e sobretudo das povoações grandes. Em algumas partes por barrio se entende o mesmo que arrabalde, grupo de população situado no extremo da mesma, ou um pouco separado dela, como o barrio de Triana (em Sevilha) etc."

O termo "barrio" possui um espectro de uso aparentemente semelhante ao do **bairro** entre nós. Quanto à questão da extensividade do referencial "barrio" aos subúrbios (arrabaldes), vale lembrar o **Diccionario de Términos Geográficos**, tradução espanhola da obra de Francis J. Monkhouse,⁴⁴ segundo o qual subúrbio é um "bairro de fora ou dos arredores de uma cidade ou de outra povoação, habitado pelas classes trabalhadoras, de comunicação difícil, de urbanização deficiente e com equipamentos sociais medíocres ou nulos". Se recordarmos que é comum entre nós a utilização do qualificativo bairro em realidades de periferia urbana (grandes loteamentos, por exemplo), veremos que **barrio** e bairro, mais que etimologicamente irmanados são semanticamente semelhantes.

Conquanto possua raiz etimológica diferente, o francês **quartier** designa uma realidade similar à do bairro. E também no caso francês, embora **quartier** e **banlieue** (subúrbio, periferia) não se confundam exatamente, podemos encontrar **quartiers** em áreas periféricas.⁴⁵

Entre os anglo-saxões a questão terminológica é mais complicada. A palavra inglesa **neighbourhood** parece frequentemente cobrir uma escala intermediária entre a **unité de voisinage** e o **quartier** da literatura sociológica culturalista francesa. Isto explica o porquê de

⁴² Castellos, Manuel. **A Questão Urbana**, op. cit., p. 134.

⁴³ Monlau, Pedro Felipe, **Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana** (para referência completa, vide Bibliografia).

⁴⁴ Monkhouse, Francis J., **Diccionario de Términos Geográficos** (para referência completa, vide Bibliografia).

⁴⁵ Lauwe, Chombart de. "L'agglomération parisienne", op. cit. (para referência completa, vide Bibliografia).

se enfatizar, nas conceituações de Glass e Carpenter,⁴⁶ o papel do **neighbourhood** como uma “área de relações primárias e espontâneas”, o que não combina com o conceito francês de **quartier**, aproximando-se, isto sim, da **unité de voisinage**. No entanto, parece-me que a **neighbourhood unit** dos anglo-saxões e a **unité de voisinage**, à parte a analogia vocabular, não são rigorosamente idênticas, embora muitas vezes recubram a mesma escala espacial, pois a **unité** (a qual Chombart de Lauwe acertadamente observou que “se presta infelizmente à confusão”)⁴⁷ se me afigura elástica a ponto de abarcar escalas muito pontuais (como um prédio de apartamentos), o que não seria o caso do **neighbourhood**.

Seja como for, são as relações de tipo primário, e não as de tipo secundário como no **quartier**, que definem em princípio o **neighbourhood**. Carpenter assevera que, fora desses marcos de grupos primários, temos somente **pseudoneighbourhoods** ou **residential areas**.⁴⁸ Tais **pseudoneighbourhoods**, desde que possuam significativa coesão, correspondem ao **quartier** na imagem do culturalismo clássico. Sobre os autênticos **neighbourhoods**, é elucidativa esta declaração de P. Mann, que reproduzo no original:

“Districts within a town or city may have names of their own, often derived from old villages swallowed up in the urban growth, but a residential suburb with the name of, say, “Uppercliffe”, is not exactly the same as a neighbourhood”.⁴⁹

O **district**, outro referencial, define-se precipuamente pelas relações de tipo secundário que se dão à sua escala. Em não sendo um referencial vazio e formal, e quando a ele se associar uma existência intersubjetiva enquanto referencial geográfico coletivo, então o **district** estará extremamente próximo do bairro, do “barrio” e do **quartier** (lembrando que, como observou Kevin

Lynch, a importância referencial dos **districts** varia não somente conforme o indivíduo, mas também segundo a cidade em questão).⁵⁰ Por outro lado, talvez justamente por representar uma escala amiúde excessivamente ampla, parece que o **neighbourhood**, e não o **district**, é o recorte territorial preferencial dos ativismos anglo-saxões, o que aparentemente também denuncia o extremado paroquialismo desses ativismos.⁵¹

O material histórico de que disponho informa que os bairros não são realidades recentes na história da humanidade — muito pelo contrário. Raymond Ledrut⁵² chega a salientar que o (verdadeiro) bairro é algo que se encontra já em processo de extinção na civilização urbana do nosso tempo. Cabais exemplos de bairros autênticos são, segundo este autor, encontrados durante a Idade Média, e mesmo na Antigüidade, sendo que “os bairros da cidade antiga, em em seu início constituídos sobre bases tribais ou patriarcais, tinham existência tão efetiva quanto os bairros das cidades da Idade Média, formados sobre bases profissionais”.⁵³

A cidade capitalista possui a característica de encarnar uma divisão espacial das classes e atividades numa dimensão de sofisticação até então desconhecida. Se essa cidade não inaugura os bairros e as disparidades sócio-espaciais, comporta, entretanto, uma multiplicidade crescente de atividades, estratos e grupos sociais que, embora um pouco misturados a uma certa escala e dentro de determinados limites, numa escala mais abrangente revelam sua concretização no tecido urbano através de uma complexa divisão espacial entre produção e consumo, atividades, estratos sociais, tipos de comércio e serviços. As relações sociais se complexificam, e as disparidades sócio-espaciais acompanham essa complexificação. Mas, o mesmo capitalismo que responde por essa complexificação de conteúdo traz em

⁴⁶ Glass, Ruth e Carpenter, *apud* Mann, Peter Capítulo 6 (para referência completa, vide Bibliografia).

⁴⁷ Lauwe, Chombart de. “L’agglomération parisienne”, *op. cit.*, p. 60, nota de rodapé.

⁴⁸ Carpenter, *apud* Mann, Peter, *op. cit.*, p. 152.

⁴⁹ Mann, Peter *op. cit.*, p. 152.

⁵⁰ Lynch, Kevin, *op. cit.*

⁵¹ Paroquialismo que, característico sobretudo dos EUA, foi criticado por Harvey, David em “O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas” (para referência completa, vide Bibliografia).

⁵² Ledrut, Raymond., *op. cit.*

⁵³ *Ibid.*, p. 123.

seu bojo uma dinâmica perante a qual a tradicional vida de bairro herdada da Idade Média, muito coesa e bastante fechada, surge como um anacronismo que dificulta o desenvolvimento das relações mercantis capitalistas. Capitalismo é velocidade, é desenraizamento da força de trabalho, é mercantilização livre e recriação constante de Espaço; enfim, é tudo aquilo em face do que a estrutura e a dinâmica da cidade medieval, com seus bairros de guildas, constituíam visíveis obstáculos.

O capitalismo singulariza-se, no tocante à problemática dos bairros, por sofisticar os contrastes de conteúdo — numa escala de percepção estratégica — e, ao mesmo tempo, diluir a vida de relações. A questão que se esboça é, então, a seguinte: será mais apropriado falarmos em **morte do bairro**, como sugere Ledrut,⁵⁴ ou simplesmente em **transformação do bairro**, admitindo que o que morreu ou está em extinção é **uma espécie** de bairro? Minha argumentação, até o final deste subcapítulo, visará a subsidiar a resposta a esta pergunta.

De um ponto de vista escalar, urge produzir instrumentos teórico-conceituais mais flexíveis que aqueles legados pela Sociologia culturalista. É cristalino que o bairro corresponde a uma escala média dentro da cidade, à qual se associam uma certa qualidade e uma certa quantidade de singularidades, a presença de certas características no que concerne à vida de relações e uma “personalidade” intersubjetivamente reconhecida. Isto, porém, é naturalmente muito vago. No esforço de amarração da idéia de bairro, convertendo uma **noção** num **conceito**, é de alguma forma meritória a tradição sociológica — quando menos pelo seu pioneirismo —, formalizadora de três níveis intra-urbanos fundamentais: a unidade de vizinhança, o bairro e o setor geográfico, em ordem crescente de tamanho. Mas, para não falar agora em outros defeitos, o formalismo dessa

tradição é quase insuportável, o que é exemplificado pelo já mencionado exagero de Ledrut ao decretar que “(...) um bairro não deve exceder um perímetro de 3 quilômetros mais ou menos. Acima de 5 quilômetros uma zona não pode mais ser um bairro.”⁵⁵

Na realidade, conquanto o tom generalizante e rígido da conceituação de Ledrut revele uma subestimação de especificidades de contexto histórico-espacial,⁵⁶ isto não é de surpreender diante de um solo intelectual como o dele, adialético, portanto passível de comportar apriorismos e petrificações conceituais. Ademais, Ledrut preocupava-se com o bairro do tipo que chamarei de **clássico**, estruturado como um coeso agregado de unidades de vizinhança e apresentando uma vida de relações consistente e um tanto fechada. Diante disto, a hipóstase ledrutiana soa menos exagerada do que se pinçarmos de contexto sua supracitada declaração.

De qualquer modo, a aplicação dos referenciais escalares culturalistas é bastante problemática. Tomemos um exemplo carioca. Será acertado qualificarmos os grandes condomínios exclusivos da Barra da Tijuca de unidades de vizinhança, a Barra sendo propriamente o bairro? Na verdade não, pois um exame desses grandes condomínios fechados revela que os mesmos, amiúde integrados sócio-culturalmente apenas por certos eventos programados, consistem mais em arquipélagos do que em ilhas coesas, pois cada prédio habitualmente tem sua autonomia (salão de festas etc.) e, mesmo contando com a relativa aproximação propiciada por contatos via crianças, na piscina etc., a atomização do ambiente é tão forte que mesmo entre moradores de um único prédio, e até do mesmo andar, os contatos estão longe da frequência e da intimidade que a unidade de vizinhança sugere. Além disto, não é evidente que as dimensões da Barra da Tijuca excedem de muito as

⁵⁴ *Ibid.*, especialmente p. 126-7.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 127.

⁵⁶ Há um certo provincianismo teórico não-assumido no trabalho de Ledrut, que consiste na postura deste autor de não considerar, ao nível conceitual, a possibilidade de existência de realidades de bairros diferentes daquelas típicas do seu contexto sócio-espacial (onde o bairro — **quartier** — em regra não assume grande tamanho, o que contudo conflita com uma realidade como a do Rio de Janeiro, onde não são poucos os bairros a ferir as rígidas normas ledrutianas).

máximas admitidas por Ledrut?⁵⁷ Assim, será que as unidades de vizinhança são, por conseguinte, os prédios dos condomínios, e o grande condomínio (costurado por eventos como torneios esportivos, jornaizinhos etc.) seria, ele próprio, um bairro? Nesta última hipótese, o que seria a Barra? Um setor geográfico? Mas, e a Zona Sul, o que seria então?

Não é difícil perceber que, para realidades complexas, os referenciais culturalistas tornam-se camisas-de-força.

Recordando a contribuição de Yi-Fu Tuan,⁵⁸ o que importa assinalar é que realidades como os bairros, as unidades de vizinhança etc. são **lugares**, ou seja, Espaços internalizados mentalmente pelos indivíduos de uma coletividade, que os têm como Espaços vividos e sentidos. A definição das diferentes **escalas de lugar** mostra-se um par de algemas (ou de antolhos) se se pauta por apriorismos pouco maleáveis. No que respeita ao ativismo de bairro, entendido este de modo suficientemente amplo, encontramos ações politicamente organizadas referenciadas a escalas de menor amplitude que a do bairro propriamente: sub-bairros (caso do "Bairro Peixoto" no Rio) e até ruas (caso da Rua Lauro Müller, também no Rio). Quanto aos **sub-bairros** — expressão que tomo emprestada a Kevin Lynch⁵⁹ —, constituem eles uma escala que, se bem que associada a graus de homogeneidade do e familiaridade com o Espaço maiores que os do bairro como um todo, não se reduz, tal como este, a umnexo de relações primárias e informais. Moral da estória: não me parece adequado ou mesmo necessário formalizar antecipadamente tantas ou quantas escalas de lugar intra-urbanas, na tola pretensão de esgotar todas as possibilidades.

Seja como for, independentemente dos problemas apontados, o conceito ledrutiano consegue captar muito da substância do bairro de tipo clássico. O bairro clássico, didaticamente exemplificável pelo bairro medieval, tinha seu **conteúdo**

simbólico ("personalidade" intersubjetivamente reconhecida) definido simultaneamente por um conteúdo que denominarei **composicional** (composição de classe, de grupo, econômico-funcional, étnica) e por um **conteúdo interacional** (vida de relações no bairro, vida de bairro). O conteúdo composicional singularizava-se pela relativa homogeneidade de classe, estamento ou etnia, ou pela presença expressiva e especializada de certas funções econômicas e atividades profissionais, e ainda pelas fisio-nomias resultantes dos conteúdos dominantes e dos resíduos de formas espaciais pretéritas. O conteúdo interacional tipificava-se pela autonomia relativa de que gozava o bairro para os seus moradores, no contexto da cidade; a intimidade, o comércio de bairro, o lazer no bairro, as visitas entre vizinhos, os festejos de rua; o bairro como microcosmo inserido noutro microcosmo que era a cidade.

O conteúdo composicional e o conteúdo interacional associavam-se estreitamente, na medida em que os valores e comportamentos manifestados pelo interacional não se podiam descolar das peculiaridades de etnia e cultura, de classe ou estamento social, de categoria sócio-profissional. O bairro clássico, com seu centro de bairro catalisador, com sua feira e seus botequins sociabilizadores, com os locais de brincadeira da criança, com os contatos freqüentes e não raro intensos entre vizinhos, era um **lugar** vivenciado em bloco; realidade coesa, com significativa unidade composicional, com muita personalidade na relação vendedor/cliente, com apreciável bairrofilia.

Ledrut acerta quando afirma que isso que denominei bairro clássico (para ele apenas bairro, contraposto ao que ele chama de "falso bairro") está em extinção nas cidades modernas. Hoje encontramos somente, aqui e ali, resíduos, fragmentos remanescentes. No entanto, desta constatação mais ou menos irrecu-

⁵⁷ A Barra da Tijuca é um referencial que, em que pese remeter a uma área muito grande, possui característica composição objetiva — essencialmente elitista — e um fortíssimo conteúdo simbólico. Conquanto a Barra da Tijuca comporte diferenciações internas — uma área como as vizinhanças da Pedra do Itanhangá, por exemplo, em contraposição a um condomínio como o Barramares —, o que é invocado como bairro pelos moradores é a Barra, e não cada uma de suas partes específicas.

⁵⁸ Ver Tuan, Yi-Fu. **Espaço & Lugar**, op. cit.

⁵⁹ Lynch, Kevin, op. cit.

sável até o anúncio da “morte do bairro” vai uma distância muito grande... Acompanhemos agora, nas suas linhas gerais, o processo de diluição da vida de bairro e de criação das bases espaciais da *reificação do urbano*, tão responsável pela emergência do ativismo de bairro.

O processo de reificação do urbano

A reificação do urbano é a crescente percepção, pelo cidadão, da cidade enquanto uma “coisa” dotada de “vida própria”, responsável pelos seus próprios problemas. É o pressuposto cognitivo da identificação dos problemas urbanos (questão da habitação, insuficiência dos equipamentos de consumo coletivo, aumento da violência urbana etc.) como menos ou mais desligados dos problemas que se manifestam nas esferas do trabalho e do consumo de bens e serviços. É a expressão espacializante do processo de alienação capitalista em geral, onde o homem que produz (artefatos, Espaço; *mercadorias*, enfim) não controla o processo produtivo e se vê, ao final dele, apartado de seu produto. É, finalmente, o esquiteamento da *instituição da sociedade*, do *modelo civilizatório*, em esferas de influências dotadas cada uma de “vida própria” e definidas por pares de oposição compartimentados — Estado vs. moradores, capitalista vs. proletário (ou, mais amplamente, patrão vs. empregado), vendedor vs. consumidor.

Antes de passar à exposição do processo devo fazer algumas observações. Os esquemas gráficos que complementam o texto (na intenção de ilustrá-lo, espacializando suas idéias centrais) nada mais são que construções simplificadas e abstratas, onde não procurei retratar nenhum aspecto da estrutura e da dinâmica internas da cidade que não tivesse importância essencial para a discussão introdutória do processo de configuração das causas sócio-espaciais da reificação do urbano. A cidade medieval retratada poderia ser, descontada a simplificação ressaltada na Nota de pé de página 60, qualquer cidade medieval européia de certo porte, que comportasse uma diferenciação de seu tecido em bairros individualizados. Quanto às cidades capitalistas, nelas a simplificação

é mais evidente: por razões de comodidade limitei o número de bairros e de subcentros; omiti também, para não acrescentar um aspecto que é secundário neste nível de discussão, a distribuição espacial das classes sociais, que pode variar no âmbito de cada grande “fase” do capitalismo, segundo particularidades regionais e condicionamentos de duradouras conjunturas políticas (Há, por força da lógica do modelo geral, uma localização aproximada subentendida pela proximidade de atividades industriais etc. Isto não retira, porém, a flexibilidade necessária a esta discussão preliminar). Não me preocupei com a aparente linearidade do modelo, ou com o seu ensimesmamento, ao não situar nos esquemas o entorno da grande cidade (nem mesmo as urbes que, com o tempo, poderiam vir a se conurbar) ou as ligações dela (ou da área metropolitana) com a sua hinterlândia. Também, igualmente não me preocupei com os fatos de que a realidade do bairro foi tratada em abstrato (sem atenção para com distinções de forma e conteúdo que podem diferenciar velhos bairros, grandes loteamentos periféricos, favelas, sub-bairros, elitistas *suburbs* etc.) e de que uma metrópole, que pode abrigar num vasto e contínuo tecido urbano conurbado diversas municipalidades autônomas, foi tratada como uma única entidade político-geográfica. Penso que estas abstrações, embora devam ser evitadas numa reflexão teórica de maior detalhe, não comprometem a validade da rápida exposição que se segue. Por fim, devo grifar que não compreendo o processo que passarei a descrever de um ponto de vista tecnológico, vale dizer, como se existisse um único caminho pré-traçado pela objetividade dos mecanismos econômicos, um fim último — “télós” — prometido desde o começo por inarredáveis “leis da história”. A despeito da existência de potencialidades, que foram menos ou mais aproveitadas e de condicionamentos que se fizeram sentir menos ou mais, entendo a “evolução” que se efetivou como uma das trajetórias possíveis, resultantes do conforto de diversos vetores sociais.

A cidade medieval

A cidade medieval normalmente possuía uma centralidade interna relati-

vamente fraca. Essa centralidade era definida pela atração de um **bairro central** (A, Fig. 1), ou de alguns bairros dotados de centralidade,⁶⁰ onde se situavam o Paço Municipal (local de decisões político-administrativas), a feira regular e o grande mercado, a catedral e outros fatores de atração sobre os bairros secundários (B). Tais **bairros secundários** eram (amiúde) dotados de uma ou mais igrejas em cada um, comércio rotineiro e um conteúdo e uma fisionomia específicos, cada bairro habitualmente correspondendo ao Espaço de concentração das atividades e dos membros de uma corporação de ofício (guilda).

A estratificação social era quase só vertical, havendo grande mistura de segmentos à escala do bairro. Nos prédios, de dois ou mais andares, onde a casa era também unidade de produção, os andares inferiores eram ocupados pelo trabalho e pelas acomodações de serviços e aprendizes, e o(s) andar(es) mais superior(es) era(m) ocupado(s) pelo burguês e sua família. Este aspecto e mais o fato da centralidade fraca (simbolizada no esquema da Figura 1 por linhas tracejadas) determinavam uma vida de bairro bastante autônoma e coesa, caracterizada pela coexistência, à escala do bairro (e mesmo da moradia), de funções produtiva e residencial, operando-se ainda no próprio bairro todo o consumo rotineiro.

A cidade pós-colonial/pré-capitalista

Em se tratando de Brasil (bem como de outros contextos sociais terceiomundistas), devemos substituir o momento representado pela cidade medieval por um outro, referente a uma situação de pré-capitalismo periférico, dependente. É um período onde a organização econômica, por força do tipo de inserção do território considerado no mercado de comércio mundial, é basicamente agrá-

rio-mercantil, refletindo-se na economia urbana sob a forma de não-industrialização e subsunção formal do capital (ou seja, penetração do capitalismo, emergente na Europa já em fins do Século XVIII e começo do XIX na sua plenitude — produção e circulação —, restrita à esfera da circulação).

Se tomarmos o Rio de Janeiro como ilustração, veremos que essa cidade, em sua época colonial-escravocrata, era também quase que uma cidade de mercadorias. Poucos eram os trabalhadores livres, e reduzidíssima a elite administradora/militar/mercantil que a dirigia política e economicamente. A falta de meios de transporte coletivo e as necessidades de defesa faziam com que todos morassem relativamente próximos uns dos outros, a elite local diferenciando-se do restante da população mais pela forma-aparência de suas residências do que pela localização das mesmas.⁶¹

Ao longo do Século XIX assiste-se no Rio, porém, como exemplo de cidade periférica particularmente importante e complexa, a uma transformação gradual da estrutura e da dinâmica urbanas, por força de fatores mais conjunturais (vinda da família real e incremento de demandas de elite) e mais estruturais (procura por parte de capitais internacionais).⁶² A situação de pré-capitalismo não foi ainda ultrapassada; o que se tem é uma cidade pós-colonial, mas ainda não capitalista, e que paulatinamente se complexifica, modernizando-se em termos de infra-estrutura de serviços públicos, de tecnologia de transporte etc. Esse momento, esquematizado na Figura 2, cujos aspectos mais gerais (atração de capitais internacionais, subversão da estrutura e da dinâmica da urbe colonial) não foram privativos do Rio de Janeiro, é o momento da expansão urbana apoiada em transportes como bondes e trens, e de estabelecimento efetivo da segregação sócio-espacial.

⁶⁰ Observa Benevolo, Leonardo (*História da Cidade*, p. 269; para referência completa, vide Bibliografia que "uma cidade bastante grande nunca tem um único centro: tem um centro religioso (com a catedral e o palácio episcopal), um centro civil (com o palácio municipal), um ou mais centros comerciais com as lojas e os palácios das associações mercantis. Estas zonas podem ser sobrepostas em parte, mas a contraposição entre o poder civil e religioso — que não existe na Antiguidade — é sempre mais ou menos acentuada. "Seja como for, com ou sem um único bairro central mais definido, o que importa salientar é justamente a forte descentralização da cidade medieval, quase sempre.

⁶¹ Abreu, Maurício de Almeida, *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, p. 35 (para referência completa, vide Bibliografia).

⁶² *Ibid.*

A cidade pós-colonial tipicamente possuía um **bairro central (C)**, onde a mistura de estratos sociais era significativa. Numa situação escravista, como a do Rio de Janeiro, porque havia uma coexistência, à escala do bairro, entre senhores brancos e escravos, separados apenas por nível da moradia. Em segundo lugar, em decorrência da presença de comerciantes nesse bairro central, com seus empregados por vezes residindo em dependências anexas à loja ou em cortiços e casas-de-cômodos situados, não raro, no próprio bairro central. Conquanto a tendência fosse já a de uma separação espacial dos estratos sociais, antes do advento de transportes eficientes existiam, no bairro central ou suas cercanias, tanto aqueles “que podiam arcar com esse ônus (os custos de transportes), mas se mantinham no centro por falta de meio de transporte rápido e regular”;⁶³ quanto às “populações mais miseráveis da cidade”, as quais, “sem nenhum poder de mobilidade, dependiam de uma localização central, ou periférica ao centro, para sobreviver”.⁶⁴ O bairro central definia-se também, funcionalmente, pelo fato de concentrar as atividades de comércio e serviços de maneira muito forte (concentração representada, no esquema da Figura 2, por hachuras horizontais).

Existiam também **bairros secundários (D)**, uns predominantemente de pobres, outros de ricos, e ainda outros com grande mistura. Tais bairros amiúde possuíam apenas comércio rotineiro, menos ou mais reles segundo o conteúdo social do lugar. A atração exercida pelo bairro central sobre os bairros secundários era tanto de oferta de bens e serviços quanto de empregos, mas provavelmente os deslocamentos mais frequentes em direção ao bairro central eram os de trabalho — afinal, o abastecimento básico e regular das famílias pobres ou remediadas residentes em bairros secundários podia ser feito no próprio bairro de moradia. A vida de bairro era coesa, cada bairro tendo eventualmente uma fisionomia bastante parti-

cular, características de conteúdo simbólico bem específicas e uma dinâmica fortemente definida pela atração exercida pela igreja local e pelos festejos e comércio de bairro garantidores de um certo fechamento e de uma atmosfera de intimidade.

A cidade do capitalismo concorrencial

O capitalismo caracteriza-se por instaurar uma separação espacial de funções numa escala até então desconhecida, apresentando uma tendência crescentemente aperfeiçoada de divisão do cidadão em morador, consumidor e trabalhador — desempenhando cada uma destas funções em lugares (bairros) diferentes.

Na “fase” pré-monopolista (concorrencial), estava já constituído o chamado CBD (“Central Business District”), ocupando uma área que cada vez mais se mostrará inadequada para funções outras que não a de comércio e serviços. A função residencial tende a desaparecer completa ou quase completamente do CBD, e a função industrial, que nos primórdios do capitalismo estava presente nas suas cercanias ou mesmo no seu interior (sob a forma de pequenas oficinas), igualmente tenderá, com o tempo, a ser deslocada.

Na fase concorrencial, a mão-de-obra é atraída, predominantemente, para o CBD (representado por F na Figura 3), mas há uma atração crescente para os emergentes espaços industriais (sob a forma de **company-towns** próximas à grande cidade, de manchas industriais relativamente próximas ao CBD ou, ainda, de fábricas isoladas conjugadas com vilas operárias; uma concentração industrial está indicada no esquema da Figura 3 por hachuras verticais). O trabalhador industrial algumas vezes reside em cortiços, casas-de-cômodos etc., próximos ao local de trabalho; eventualmente habita em “vilas operárias”, por vezes construídas e administradas pela fábrica.⁶⁵ A respeito das graves carências

⁶³ Ibid., p. 43.

⁶⁴ Ibid., p. 42.

⁶⁵ Ver, para o caso do Rio de Janeiro, a análise de Abreu, Maurício de Almeida em “Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução” (para referência completa, vide Bibliografia).

em termos de habitações ou equipamentos de consumo coletivo,⁶⁶ a inexistência de um "Estado promotor do bem-estar" a situar-se como interlocutor privilegiado dos moradores, a pujança do movimento operário radical e a enorme proximidade das esferas do trabalho e da moradia (maximamente exemplificada pelas vilas operárias), contribuíam decisivamente para a encampação das questões urbanas pela luta operária.

A vida de bairro é, nesse período, ainda coesa, mas uma certa diluição, relativamente ao que se tinha na Idade Média, já se faz notar. Segundo Raymond Ledrut, o processo de diluição da vida de bairro "está estreitamente ligado ao crescimento urbano, particularmente ao crescimento enorme que se manifesta desde os primórdios do Século XIX".⁶⁷ O cidadão cada vez mais trabalha fora do bairro de moradia, e o consumo é fortemente centralizado pelo CBD, ao mesmo tempo em que as necessidades de consumo tendem à diversificação.

A cidade do capitalismo monopolista simples

Com o capitalismo monopolista, desenvolvido no Primeiro Mundo a partir do último quartel do século passado⁶⁸ e no Terceiro Mundo mais avançado em momentos distintos (no Brasil, por exemplo, sobretudo após 1930⁶⁹), a estrutura e a dinâmica urbanas se complexificam. Surgem, menos ou mais distantes do CBD (que cresce e se consolida), um ou mais subcentros de comércio e serviços (ver subcentro em G na Figura 4), cada subcentro comportando uma atratividade relativamente a um conjunto de bairros circunvizinhos. A indústria tende a ser efetivamente banida do CBD, e mesmo no entorno deste amiúde declina substancialmente a presença da função industrial. Consolidam-se e ampliam-se

áreas e distritos industriais distantes do CBD, dotados de grande poder de atração sobre mão-de-obra oriunda de bairros distantes — o que é viabilizado por um sistema de transportes urbanos apropriado.

A vida de bairro tem seu declínio acelerado. O comércio de bairro cada vez mais se limita ao rotineiro e pouco diversificado, à exceção dos bairros que abrigam subcentros comerciais (os quais encarnam, entretanto, uma descentralização muito relativa, já que os subcentros nada mais são além de pólos eleitos em face do congestionamento do CBD, e a dimensão de um subcentro, sua larga escala de atuação nada tem a ver com a tradicional vida de bairro — pelo contrário, às vezes ajudam a desestruturá-la). O cidadão é muitas vezes obrigado a vencer longas distâncias do local de moradia até o local de trabalho, vivenciando aquele muito superficialmente — especialmente porque cresce a inclinação, sobretudo entre a burguesia e a classe média emergente, de se procurar, nos fins de semana, lazer em bairros específicos (um subcentro ou o CBD, pela oferta de cinemas, teatros etc., ou um bairro contendo amenidades como praia ou reserva florestal).

A cidade do capitalismo monopolista avançado

A grande ruptura qualitativa se situa na passagem do feudalismo para o capitalismo, ou no abandono de relações pós-coloniais/pré-capitalistas em favor do capitalismo, o espaço social espelhando obviamente tais mudanças. Assim, do mesmo modo que, no que respeita a evolução da estrutura e da dinâmica urbanas, o capitalismo monopolista simples consiste numa evolução de contradições virtual ou embrionariamente presentes na fase concorrencial,

⁶⁶ Carências essas cruamente relatadas para a Inglaterra pré-monopolista por Engels no *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, exemplo deveras ilustrativo.

⁶⁷ Ledrut, Raymond, *op. cit.*, p. 125.

⁶⁸ Lênin, Vladimir, *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*.

⁶⁹ 1930 é o marco simbólico do efetivo processo de industrialização brasileiro (segundo Oliveira, Francisco de — vide Bibliografia). Todavia, e embora o capital estrangeiro monopolista tenha passado a penetrar maciçamente na América Latina como um todo, e não só no Brasil, a partir dos anos 50, é certo que antes disso, conforme alude Singer (Singer, Paul, *Economia Política da Urbanização*, p. 83 — para referência completa, vide Bibliografia, que o monopolismo já vinha florescendo com o predomínio do capital nacional, privado e público.

o monopolismo avançado, ou pós-industrialismo, constitui um desdobramento do monopolismo simples.

A tendência pós-industrializante — substantivamente ligada ao Primeiro Mundo, porque nele (e fundamentalmente para ele) gestada; extremamente parcial e seletiva naqueles pontos do Terceiro Mundo onde se faz sentir — define uma metrópole altamente complexa. O CBD continua desempenhando o papel, em muitas situações, de centro incontestado da vida urbana. Em outras, porém, tal domínio é contestado pela presença não de meros subcentros, mas de verdadeiros centros altamente poderosos desenvolvidos no contexto de uma grande metrópole complexa. O crescimento da metrópole determina também a multiplicação dos subcentros de alcance restrito, dando continuidade ao processo de descentralização relativa iniciado com o monopolismo simples (ver Figura 5).

A divisão espacial do cidadão em morador, trabalhador e consumidor, apanágio do modelo civilizatório capitalista, é ampliada enormemente nos marcos do monopolismo avançado, refletindo simultaneamente a complexificação das relações de produção e o incremento de um crescimento urbano pautado na segregação sócio-espacial e na especialização espacial de funções.⁷⁰ O gigantismo da metrópole e a descentralização relativa levam cada vez maiores restrição e seleção das ligações entre certos bairros

das bordas do espaço metropolitano e o CBD, bairros cujos habitantes passam a se deslocar para este último, sobretudo em ligações de tipo não-diário (consumo de bens e serviços muito especializados), sendo as de tipo diário (trabalho e consumo menos especializado) controladas majoritariamente pelo subcentro mais próximo. Tendencialmente, os bairros residenciais, quando desprovidos de amenidades ou de razoável infra-estrutura de lazer, convertem-se, para os que podem arcar com o ônus de um lazer fora do bairro, em bairros-dormitório, vivenciados muito superficialmente. Uma constelação de bairros-dormitório, sugados ou seduzidos pela centralidade econômica e/ou cultural exercida por alguns pontos: eis o arquetipo.

A aceleração crescente dos ritmos de transformação advinda com o capitalismo, e exponencializada nas últimas décadas, torna a grande cidade, fisicamente, cada vez maior e mais complexa, mas, ao mesmo tempo, espiritualmente cada vez menor. Um menor que não significa aconchego, mas sim pasteurização cultural, massificação, viabilizada pelas tecnologias informacionais e de comunicações que encurtam no tempo o espaço geográfico, relativizando-o.⁷¹ A massificação do bairro, símbolo da massificação da vida urbana, acrescenta-se o incessante retrabalhamento do espaço social, na esteira dos interesses econômicos dominantes, o que por vezes se

⁷⁰ A divisão espacial do cidadão em trabalhador e habitante, no contexto exacerbador do pós-industrialismo, é registrada por Touraine em "Relações e conflitos sociais na sociedade pós-industrial" (p. 126. Para referência completa, vide Bibliografia). A aludida divisão é, contudo, particularmente ressaltada por Christian Beringuier em seu "Se reconnaître dans l'espace de la ville: à chacun son quartier!" (para referência completa, vide Bibliografia).

⁷¹ Conforme coloca Gorg, André (*Los Caminos del Paraíso*, p. 31. Para referência completa, vide Bibliografia citada).

O desenvolvimento da grande produção mercantil, com suas megaindústrias, suas megatecnologias e seus megapólios, faz necessário um conjunto de infra-estruturas, redes e serviços públicos sem os quais o aparato de produção seria incapaz de funcionar, de reproduzir-se, de se fazer aceitar pela sociedade quanto às mutações e deslocamentos que provoca. Trata-se aqui de **custos sociais** do desenvolvimento capitalista. Esses custos tendem a aumentar com a expansão e a concentração da produção industrial. () Normalmente não existe uma demanda solvável por parte dos particulares para essas infra-estruturas, redes e serviços, nem empresas ou grupos privados capazes de assumir seu desenvolvimento e coordenação à escala do país. A iniciativa e o financiamento públicos são, em todos esses âmbitos, a condição — e amiúde a condição prévia — do desenvolvimento capitalista. O Estado arca com os custos sociais da empresa privada.

A serventia prioritária do Estado aos interesses capitalistas — dado o seu papel de marco institucional da heteronomia e representante em última instância dos interesses dos exploradores — atrita estruturalmente, no entanto, com o seu papel de provedor de bem-estar ao conjunto dos explorados e, assim, garantidor do equilíbrio. "A socialização dos custos e a apropriação privada dos benefícios criam uma crise fiscal ou 'descompasso estrutural' entre a despesa e a receita do Estado", afirma O'Connor (apud Taylor, Peter e Hadfield, Harry — vide Bibliografia).

ESQUEMAS SIMPLIFICADOS DE DINÂMICA INTERBAIRROS NAS CIDADES

FIGURA 1

CIDADE MEDIEVAL

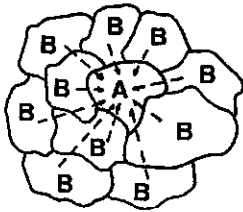


FIGURA 2

CIDADE MERCANTILISTA

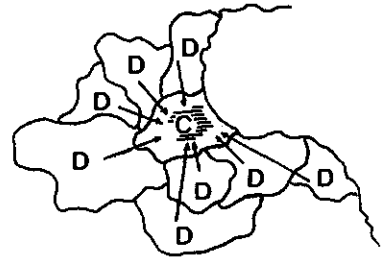


FIGURA 3

CIDADE CAPITALISTA
FASE CONCORRENCIAL

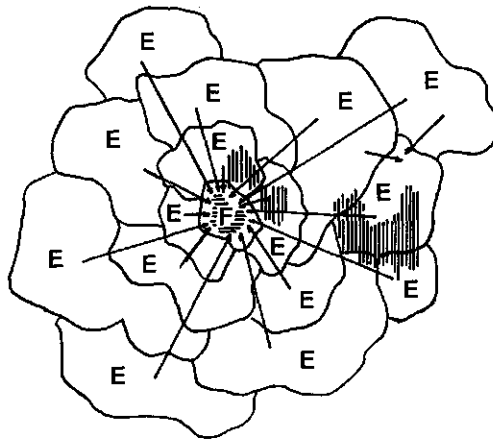


FIGURA 4

CIDADE CAPITALISTA
FASE MONOPOLISTA SIMPLES

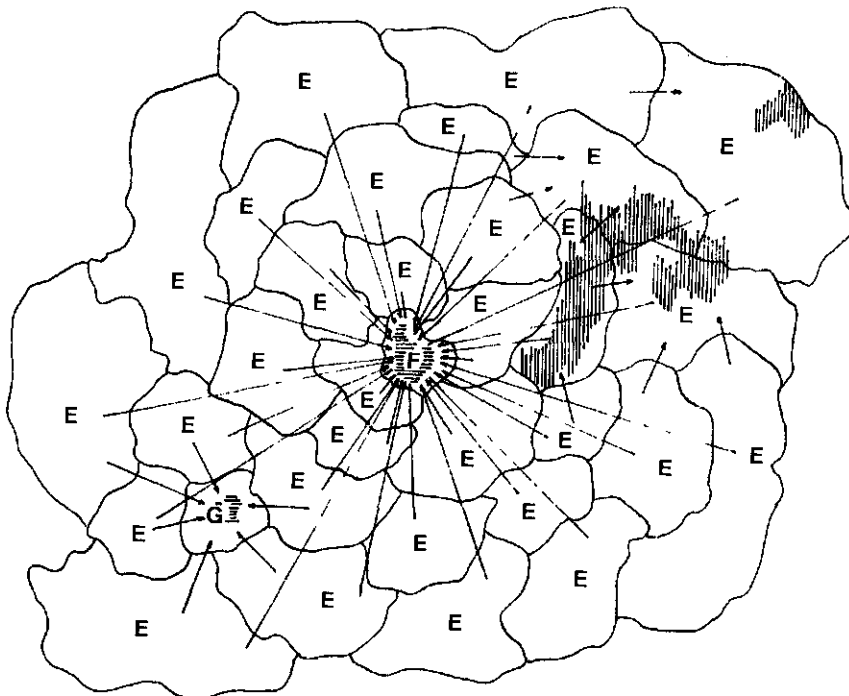
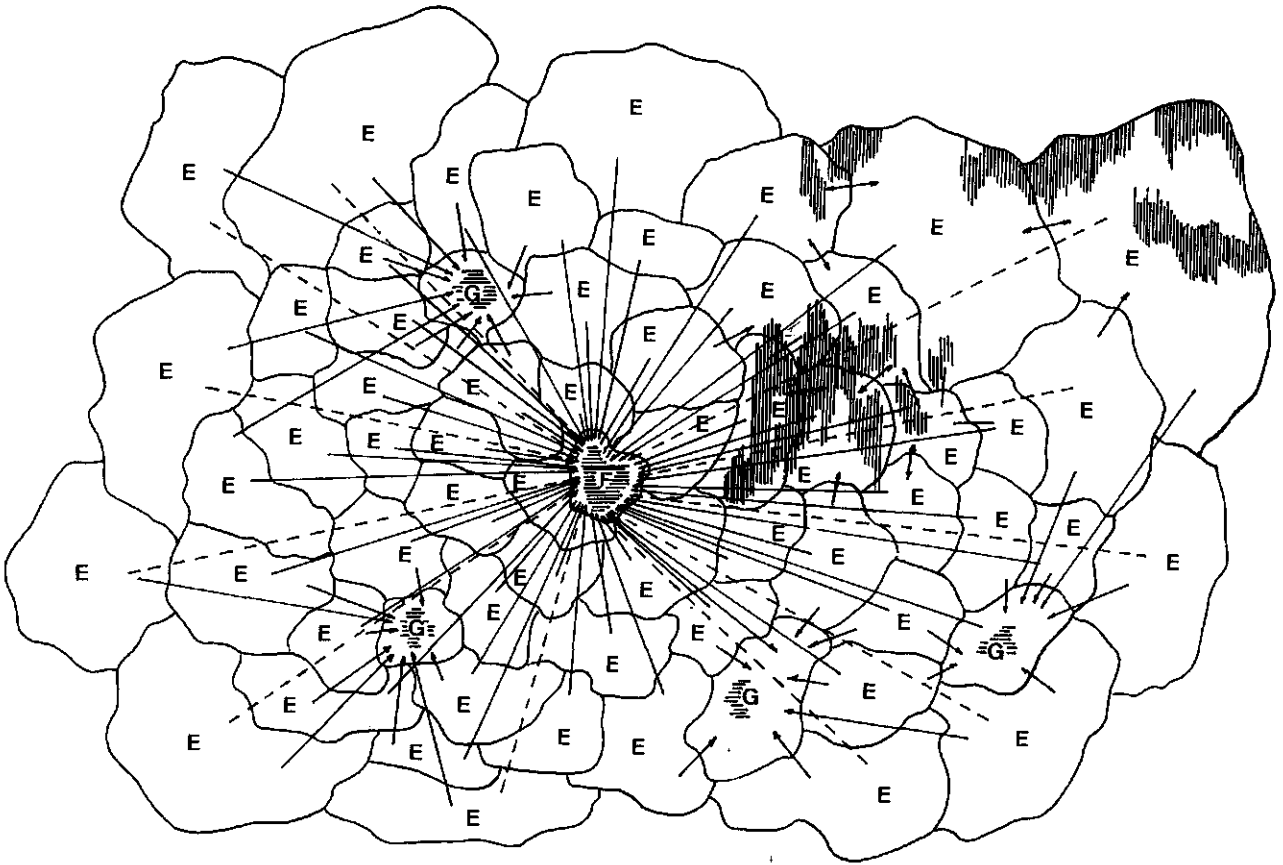


FIGURA 5
CIDADE CAPITALISTA
FASE MONOPOLISTA AVANÇADA



TÁBUA DE CONVENÇÕES PARA AS FIGURAS 1, 2, 3, 4 E 5

- A bairro central da cidade medieval
- B bairros secundários da cidade medieval
- C bairro central da cidade pós-colonial
- D bairros secundários da cidade pós-colonial
- E bairros da cidade capitalista
- F CBD
- G bairro que contém subcentro
- > deslocamentos — pendularidade diária
- - - - -> deslocamentos — esporádicos, ou regulares mas não-diários
- ===== grande concentração de atividades terciárias
- ||||| grande concentração de atividades secundárias

traduz pela desestruturação ou mesmo destruição de bairros (incrementando-se as "renovações urbanas"). E a isto se acrescenta, por último, mas não com menor importância, o crescimento quantitativo e qualitativo da demanda global por equipamentos de consumo coletivo — demanda que não é, por uma impossibilidade estrutural, satisfatoriamente atendida.

A reificação do urbano, subjetiva e intersubjetivamente, tem como pressupostos **imediatamente sócio-espaciais** a divisão do cidadão em morador, consumidor e trabalhador, a relativa massificação do bairro e o agravamento dos problemas concernentes à carência de equipamentos de consumo coletivo e habitações. A semente desses problemas é plantada pelo capitalismo mesmo, determinando desde o começo um salto qualitativo em matéria de lógica concentracionária, desumanização do Espaço, segregação sócio-espacial e acesso diferenciado (em quantidade e qualidade) a recursos sociais. A evolução do capitalismo, imprimindo nas diversas cidades sua dinâmica, com diferenciações em função do contexto social, apenas intensificou e sofisticou as premissas e os processos que embasariam e desembocariam no estado bastante generalizado de reificação do urbano a que se assiste nos nossos tempos pós-modernos. Os referidos pressupostos sócio-espaciais, produzidos por contradições sociais crescentemente aguçadas e complexificadas, são o alicerce objetivo, articuladamente com os resultados mais imediatos do confronto de classes e projetos sociais e com as transformações ao nível da estrutura de classes e da dinâmica do conflito — refluxo do movimento operário, redimensionamento do papel do operariado tradicional em diversos contextos, frustração com o "socialismo real", burocratização exponencializada dos partidos comunistas —, da reificação do urbano e da autonomização do ativismo de bairro frente ao movimento operário.

O bairro contemporâneo: perspectivas

Será que o panorama apresentado nos **flashes** das páginas anteriores nos

autoriza a afirmar, da maneira tão absoluta e generalizante como o faz Raymond Ledrut, que o bairro é algo praticamente morto, que os habitantes das cidades modernas só têm basicamente dois centros de interesse — a própria casa e a cidade como um todo?⁷² A realidade é mais complexa e fluida do que faz crer a assertiva culturalista, no meu entender.

Se bem que o bairro **clássico** seja praticamente coisa do passado, a cidade capitalista não se homogeneiza quanto à distribuição de classes e atividades. Observei anteriormente que o capitalismo, ao mesmo tempo em que busca pasteurizar valores, destruindo tradicionalismos e outros obstáculos à generalização das relações de produção que lhe são próprias, sofisticada, numa escala de consideração estratégica, a segregação sócio-espacial e as especializações espaço-funcionais, assim reproduzindo ampliadamente desigualdades. Os conteúdos internacionais podem se enfraquecer ou sofrer descaracterização, mas as diversidades composicionais são, no global, acentuadas com a complexificação da organização social (relações de produção, tecnologia, controle social). É óbvio que, sendo as bases materiais do bairro clássico minadas pela dinâmica envolvente ou pela cirurgia urbana pura e simples, não é o conteúdo interacional o único a ser vitimado; e a descaracterização do conteúdo composicional reflete-se mesmo no enfraquecimento do conteúdo simbólico. Para exemplificar com o Rio de Janeiro, fiquemos com a velha Lapa boêmia, desmantelada após décadas de perseguição à malandragem e cirurgias urbanas, e finalmente tendo seu estigma de "lugar do pecado" "domesticado" nos anos 80, com sua vida noturna sendo grandemente avivada e apropriada pela classe média. Desestruturação, corrosão da vida de bairro, perecimento ou transfiguração da "alma própria" invocada por sociólogos e geógrafos de ascendência culturalista. Esse enfraquecimento é, contudo, "compensado" pelas diferenciações sócio-econômicas corporificadas na continuidade dos guetos, na proliferação de favelas, no surgimento de grandes condomínios fechados para uma

⁷² Ledrut, Raymond, op. cit., p. 126.

elite insegura. E se desenvolvem outras "almas próprias", decerto menos românticas que as pintadas pelos culturalistas, mas nem por isso pouco contundentes: a atmosfera de fechamento do condomínio exclusivo; a superbadalada periferia de amenidades habitada pela elite; o estigma favelado.

Estamos, na civilização industrial/pós-industrial contemporânea, diante de sociedades onde o "comunitarismo", entendido como o exercício de convivência para e a vivência de atividades lúdicas, cooperação, encontros com os vizinhos da rua e do bairro, acha-se minado, numa escala historicamente inédita, pela massificação da vida urbana, solapando a possibilidade de florescimento de comunidades. Uma comunidade, sublinho, é um conjunto de pessoas **com-partilhando** o mesmo Espaço, unindo-se por laços de interesse, mas também de solidariedade e de amizade. Sem fantasia, a idéia de comunidade não exclui toda a tensão, todo o conflito; entretanto, não se pode ter uma comunidade real se o que se encontra são diferenças objetivas radicais (de classe, por exemplo), refletidas em preconceitos e segregações fortes que interditam o diálogo. A comunidade é um referencial insuficiente, do ponto de vista político, pois pode bem ser usado para encobrir ideologicamente diferenças e conflitos. É, todavia, um referencial necessário, pois o encontro e o diálogo são requisitos para a formação de um projeto comum, para a mobilização e, finalmente, para a humanização do Espaço e da vida. O encontro precisa, naturalmente, ser preenchido pelas relações sociais e projetos que lhe definirão o perfil efetivo. E o encontro

só é possível, em condições normais, quando o ritmo de vida e o modo de vivência do Espaço o permitem — na rua, na praça, espontaneamente.⁷³

O perfil acabado do homem-massa retrata-o como um solitário na multidão, hipnotizado por um aparelho de TV na clausura de seu apartamento, sem sequer saber o nome do vizinho do lado,⁷⁴ ou caminhando mecanicamente por aglomeradas ruas apinhadas de outros homens-massa, insensível às outras pessoas e à paisagem.⁷⁵ O homem-massa pertence a diversas "comunidades funcionais" — no trabalho, no clube, na igreja —, sem, no entanto, conhecer uma verdadeira comunidade no lugar onde mora. Seu bairro, pouco vivenciado por ele, é um referencial geográfico, associado à hierarquia de valores dominantes (bairro com **status**/bairro sem **status**), à conjuntura do mercado imobiliário, aos problemas mais sentidos no cotidiano. No mais, o bairro, fragmentado numa plêiade de famílias voltadas cada uma para o próprio umbigo, é um referencial compartilhado muito superficialmente pelos moradores. Reduzidos os laços de vizinhança a conversas esporádicas ou aos simples cumprimentos, restritos esses laços, quando existem, ao **entorno** imediato da moradia, o bairro nem sequer é, numa situação de intensa atomização, um agregado de unidades de vizinhança — expressão que num tal caso perde a força; ele é tão-somente um referencial instrumental, útil ao homem massificado em seu cotidiano, homologamente à rua, ao prédio. Essa utilidade, que compreende desde a mera orientação geográfica até imagens e valorações absorvidas através dos meios de

⁷³ Interesses comuns não evoluem para integração, mobilização e luta se determinados pressupostos ou facilidades materiais não existem, ou existem em nível insuficiente. Esta afirmação, que parece um truismo, é uma advertência àqueles que secundarizam a dimensão espacial. A distribuição concreta dos indivíduos no Espaço, o modo de sua vivência cotidiana do Espaço propiciar ou dificultar o intercâmbio de idéias e experiências, a maneira como as estruturas espaciais condicionam a circulação e a mobilidade, é uma temática que não passou inteiramente despercebida a Marx:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses (O 18 Brumário de Luís Bonaparte).

⁷⁴ Interessante notar como é perfeitamente adequada a palavra **apartamento** (= **separação**) para designar a célula de habitação típica no "habitat" típico metropolitano, o prédio de apartamentos.

⁷⁵ Uma estimulante discussão sobre a massificação contemporânea, enfatizando a sua dimensão espacial, pode ser encontrada em Guattari, Félix, "Espaço e poder: a criação de territórios na cidade" (para referência completa, vide Bibliografia).

comunicação, da propaganda, simboliza a frieza, a superficialidade e a artificialidade da percepção e da vivência do bairro pelo homem massificado, cujas condições de vida acarretam o empobrecimento de seu elo cultural com o Espaço.⁷⁶

Tudo isto, porém, não passa de tendência, continuamente afrontada e estancada pela resistência de diversos segmentos sociais. Conforme observa Beringuier,⁷⁷ tanto condições objetivas, tipo guetoização — que agrupa em Espaços determinados, pessoas com “preocupações próximas, motivações similares, reivindicações unificantes” — quanto subjetivas, como a representação do bairro como “Espaço da vida” pelo trabalhador explorado, oposto ao local de trabalho, “Espaço da não-vida”, conduzem a uma permanência ou a uma criação de conteúdos simbólicos, e mesmo a um avivamento de conteúdos internacionais. Contra a tendência dominante de pasteurização, de “alisamento” do Espaço pelo capital, a população resiste, **reterritorializando**, como diria Guattari,⁷⁸ seus bairros, humanizando seus Espaços.

Os problemas e contradições sociais refletidos no bairro sob a forma de carência de equipamentos de consumo coletivo, escassez de áreas verdes ou de lazer e ameaça sobre as existentes, falta de segurança nas ruas etc., são comumente os grandes estimuladores, contemporaneamente, da sua oxigenação interacional e simbólica. O mesmo con-

texto social que responde pela massificação do bairro reproduz, por meio da segregação sócio-espacial, a virtualidade de uma resistência a essa massificação e ao conjunto de problemas gerados pela crise social que se reflete no espaço urbano. O contexto traz, logo, potencialmente, a problemática e a negação desta.⁷⁹

Não é o bairro, por conseguinte, que agoniza, mas o bairro clássico, tornado completamente inviável pela contemporaneidade. Em face do incremento, em vários contextos, dos ativismos de bairro, é hoje impossível negar **generalizadamente** a importância das organizações de bairro e do bairro enquanto centro de interesse na vida do cidadão. A sobrevivência do bairro como algo mais que um referencial vazio, em que pesem as dificuldades e a diluição relativas da vida de bairro, se deve, em grande parte, à resistência variável dos diferentes segmentos sociais afetados. A compreensão da dimensão política do bairro na atualidade permite, assim, rechaçar tanto a leitura nostálgica, pessimista e despolitizada do culturalismo clássico de um Ledrut, quanto o otimismo igualmente despolitizado de um neoculturalista como Maffesoli, que reconhece e saúda manifestações de resistência à massificação, mas negligencia a dimensão política que alimenta grandemente o movimento global dessa resistência. É certo que resta verificar **em que termos** se dá precisamente essa valorização evidente

⁷⁶ Elo afetivo e político. “A vizinhança se esfuma, o bairro se esboroa”, escreveu Lefèbvre, Henri em **O Direito à Cidade** (para referência completa, vide Bibliografia). E Castells Manuel, no **The City and the Grassroots**, op. cit., Parte 6, Cap. 31, nota a alienação das pessoas relativamente ao significado urbano:

(...) o que tende a desaparecer é o significado que os lugares têm para este (para o povo). Cada lugar, cada cidade, receberá seu significado social de sua situação na hierarquia de uma rede cujo controle e ritmo escaparão a cada lugar e, sobretudo, ao povo de cada lugar.

⁷⁷ Beringuier, Christian, op. cit.

⁷⁸ Guattari, Félix, op. cit.

⁷⁹ Beringuier, Christian, op. cit., p. 78. Dialética especialmente vivida no Primeiro Mundo, o bairro, “decomposto pela evolução da sociedade capitalista, é de outra parte recomposto pelo Estado. O Estado — níveis centrais e locais: municipalidades — designa o bairro como o lugar privilegiado da identidade coletiva para todos os cidadãos neurotizados pela crise de identidade da sociedade urbana. (...) O bairro é um lugar e um meio de regulação e de tentativa de resolução de contradições sociais. Lugar de enquadramento coletivo”.

Contra o bairro-normatizado, o bairro-refúgio, onde cada um deve “cuidar de seu jardim”, projetado por um Urbanismo a serviço do controle e da integração — que busca modelar, em proveito do equilíbrio social, o fluxo das condições objetivas de recomposição do bairro através da segregação de classes e etnias —, emerge, contudo, o contraprojeto dos que, aproveitando as ligações espaciais, formulam a vivificação do bairro em seus próprios termos. É a dimensão espacial da virtualidade, desde que ultrapassada a “ideologia do bairro” vendida pelo sistema, de um contraprojeto de bairro, de cidade.

do bairro, seus impasses, seus perigos, suas virtudes; esta é a questão que me propus a levantar e discutir de modo abrangente, se bem que apenas introdutório, na dissertação de Mestrado a que já fiz referência. Não obstante, ficam já descartados os simplismos culturalista e neoculturalista, que desqualificam pela base ou simplesmente não colocam tal questão.

Do preconceito ao divisionismo

Um aspecto de suma importância a propósito da ideologização da noção popular de bairro, o qual pode ser muito bem observado no Rio de Janeiro, é a exclusão, pelo senso comum, reprodutor da ideologia dominante, das favelas do âmbito da noção de bairro. Grandes favelas, com uma coesão sócio-espacial expressa na escala de um bairro de pequeno porte, são incluídas nos “bairros” quando de certas divisões espaciais oficiais (caso da divisão do Rio de Janeiro em bairros efetuada pela Secretaria Municipal de Planejamento)⁸⁰ ou quando convém a interesses empresariais (caso do “O Globo — Bairros”, interessado em oferecer uma visão de conjunto dos problemas e assuntos referentes a um dado Espaço, atendendo assim aos moradores de classe média ou elite preocupados com a proximidade de alguma favela). Todavia, essas mesmas favelas são usualmente excluídas pelo senso comum, exclusão sutilmente presente mesmo no discurso de um ex-ativista de “bairro” como Jó Rezende.⁸¹

Muito embora possua uma poderosa individualidade (individualidade-estigma), a favela não tem tido reconhecido, por razões fortemente ideológicas, o seu **status** de bairro. A quem serve e como/ quando serve essa exclusão são, quero crer, coisas não difíceis de se perceber: desde a segregação cotidiana realizada pela elite e pela pequena burguesia, e

incorporada até por segmentos pobres, até o clientelismo e o cretinismo político (“prometo transformar as favelas em bairros de trabalhadores” etc.). É, de outra parte, evidenciar o óbvio afirmar que a “comunidade do asfalto” cristalinamente se distingue da favela que ela segrega. Essa diferença merece, contudo, ser bem posicionada. Curiosamente, muitas favelas constituem-se no que há de mais próximo, no Rio de Janeiro atual, do conceito ledrutiano de bairro, caso este seja lido sem qualquer ranço elitista. O comunitarismo, os laços de vizinhança e amizade, a galvanização pelos “pagodes” e ensaios carnavalescos, tudo isto confere à favela um conteúdo interacional normalmente mais forte que o apresentado pelos bairros “comuns”; a relativa homogeneidade sócio-econômica dá à favela notável solidez de conteúdo composicional; e, por fim, a segregação e a estigmatização creditam à favela um conteúdo simbólico distintivo e poderoso. É sintomático que, diante das relativas homogeneidades na pobreza e coesão social, tenham sido as favelas pioneiras na fase do ressurgimento do ativismo de bairro carioca, em meio ao processo chamado de abertura política.⁸²

É fora de dúvida: não se estará, na prática, ultrapassando a **noção** de bairro do senso comum, em nosso meio carregada de elitismo (notar, de passagem, que a estigmatização não impede que as favelas de Bogotá sejam conhecidas como “barrios clandestinos” e as de Portugal como “bairros de barracas”), se se construir um conceito refratário à realidade favelada. Não se deve, quanto a isto, temer afrontar a noção popular de bairro, para mostrar os limites e os problemas que ela encerra. A não-submissão a esse elitismo embutido no senso comum permitirá, com a consideração das favelas como bairros e dos seus ativismos como ativismos de bairro — para

⁸⁰ Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, Rio de Janeiro, 1981.

⁸¹ Rezende, Jó, **Como se Faz a Luta de Bairros** (para referência completa, vide Bibliografia). O problema não é, evidentemente, o de se utilizar, para efeito de facilidade de expressão numa comunicação rápida, o termo **favela**, distinguindo-a dos “bairros comuns” (juridicamente aceitos, menos ou não-estigmatizados). O problema é a separação analítica e ideológica entre favelas e bairros, fundamento para o não-questionamento da separação das lutas, da insuficiente e problemática articulação entre as entidades, dos preconceitos subjacentes a tudo isto.

⁸² *Ibid.*, p. 7.

além das diferenças objetivas entre as favelas e os bairros "comuns" pobres, no que concerne à propriedade da terra, à fisionomia espacial etc. —, questionar a divisão político-institucional entre o ativismo de bairro e o ativismo favelado, sempre que ela se apresentar. Quantos bairros, no Rio de Janeiro, reconhecidos como tal e filiados à FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro) não têm conteúdo de classe idêntico ao de tantas favelas? ⁸³ Seria mais coerente a articulação direta desses bairros com as favelas ou, como ocorre, com bairros de classe média, no seio de uma FAMERJ extremamente heterogênea?

Não pretendo, neste ensaio e em trabalho algum, apontar para qualquer fórmula organizativa ideal e acabada. Tampouco, quero deixar bem claro, sou adepto de um classismo rígido e exclusivista, que desqualifique a exigência de uma descentralização do projeto revolucionário (o que não quer dizer que se possa subestimar as diferenças reais entre os diversos setores submetidos a algum tipo de opressão). O nome da ratificação de uma "missão do proletariado" justo numa época em que o decrescente peso quantitativo deste e/ou a sua crise política e a fragmentação das frentes de luta não lhe podem conferir o privilégio de uma liderança absoluta. Apenas constato o problema objetivo de uma separação que remete a especificidades efetivas tanto quanto a preconceitos e cooptações ideológicas. Será uma enorme tolice se, em nome de uma defesa da individualidade favelada — orientada por um receio de paternalismos para com os favelados por parte dos ativistas de "bairros" e pela constatação da gravidade da situação favelada e da particularidade de alguns de seus problemas —, se atirar na lata de lixo, aprioristicamente, o horizonte de uma reconsideração radical tanto das divisões organizativas quanto da noção de bairro ideologizada. Tolice essa que se fundamentará numa fraca percepção das necessidades de articulação entre os diversos segmentos que, ainda que dife-

renciadamente, são vitimados pela injustiça social e pela heteronomia.

CONCLUINDO: POR UMA ESPACIALIDADE AUTOGESTIONÁRIA

Um dos méritos do movimento ecológico contemporâneo é o de mostrar que não basta modificar as relações de produção e de poder abstratamente; uma verdadeira transformação destas, na direção da autonomia, da autogestão, da liberdade, só pode vir se vier articulada com um questionamento da **tecnologia** herdada do capitalismo e dos **objetivos** da produção. Este raciocínio deve, no meu entender, ser estendido à **espacialidade** legada pelo capitalismo contemporâneo.

Como pensar numa realidade urbano-metropolitana nos marcos de um pensamento crítico-revolucionário? Essa realidade representa, ao mesmo tempo, tantos problemas ecológicos e humanos (poluição, congestionamentos, empilhamento de homens em prédios de apartamentos, escassez de espaço **per capita**, falta de verde) e uma superconcentração de benefícios materiais (acesso **formal**, locacional, para todos os cidadãos, a bens e serviços inexistentes ou insuficientes/insatisfatórios fora do ambiente metropolitano)? E como **gerir** essa formidável força de inércia material que é a grande cidade, a metrópole especialmente, em um processo de construção de uma sociedade autônoma?

Os ativismos de bairro nos convidam, através das questões que levantam ou sugerem à nossa reflexão com a sua prática, a examinar algo pouco discutido: a inércia contra-revolucionária e anti-humanística da metrópole capitalista. Marx e Engels, no **Manifesto**, notaram que cada vez mais a burguesia suprime a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em

⁸³ Segundo o **Jornal da FAMERJ** (ano V, n.º 38, maio de 1987), "pode-se dizer que 80% das 700 filiações (associações de moradores) representam classe média" (p. 3).

poucas mãos. A consequência necessária disto foi a centralização política.⁸⁴

Esta caracterização é inteiramente correta. Será, contudo, que esta passagem simboliza o repúdio marxiano à espacialidade capitalista? Na mesma página, no parágrafo anterior, lê-se o seguinte: A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou cidades enormes, aumentou num grau elevado o número da população urbana em face da rural, e deste modo arrancou uma parte significativa da população à idiotia (**idiotismus**) da vida rural.

E, algumas páginas adiante:

O proletariado usará o seu domínio político para ir arrancando todo o capital das mãos da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível a massa das forças de produção.⁸⁵

Na verdade, o que Marx (e Engels) recusa é a **gestão** capitalista, e não a tecnologia e a espacialidade capitalistas em si mesmas, pelo menos de modo claro e unívoco. Conforme Castoriadis,⁸⁶ há uma ambigüidade a este respeito no pensamento de Marx, e em última análise um efetivo endosso da tecnologia capitalista. Endosso que se realiza plenamente através do "socialismo real" leninista, mas que já havia sido "anunciado" por Marx por meio de sua saudação do capitalismo enquanto **civilizador, preparador das bases materiais do socialismo**, sem discutir extensa, profunda e de forma criticamente consistente a problematidade de tais bases materiais. O que o marxismo preconiza, por conseguinte, é a apropriação da tecnologia capitalista — com seu formidável potencial produtivo, evitando assim a "socialização da miséria" sob o socialismo —, defendendo que esta, desde que submetida a outro controlador

(o proletariado), teria sua lógica automaticamente modificada. A prática "socialista real" limitar-se-á a "racionalizar" a espacialidade capitalista herdada, ou seja, a aparar suas arestas de "irracionalidade" geradas pela ausência de planificação global e pela brutal competição: controle rígido do crescimento urbano, do uso do solo, menor degradação do meio ambiente, restrições à mudança de domicílio residencial. Sempre a partir de uma engrenagem política centralizadora, pautada em centros de decisão impositores de planejamentos econômicos globais de cima para baixo, perante o que os organismos locais, quando existem, tornam-se meramente decorativos ou fadados quase meramente à ratificação. Isso precisamente promove uma centralização política ainda maior que a que Marx e Engels denunciam, para o capitalismo, no **Manifesto**.

O modelo espacial capitalista não carece de retificações "racionalizadoras" de tipo estatística-economicista pragmática, mas de supressão radical. É preciso, todavia, que se perceba que este não é um clamor delirante ou secundário, mas necessário, essencial. Embora convertidos plenamente em mercadorias pelo capitalismo, o solo e as benfeitorias não são mercadorias quaisquer, como bem notou David Harvey;⁸⁷ o solo e as benfeitorias têm **localização fixa**. Se esta peculiaridade da mercadoria-Espaço tem sérias implicações no contexto de uma sociedade regida pela propriedade privada, que é do que Harvey trata, não menos sérias são as suas implicações para a construção de uma sociedade autônoma.

Certas localizações, dentro de uma lógica de descentralização de atividades e benefícios, podem mais ou menos se equivaler; são as localizações cuja importância deriva de uma **produção sócio-material**, e que, uma vez suprimida a concentração de benefícios, poderão se multiplicar pelo Espaço, permitindo a to-

⁸⁴ Marx, Karl e Engels, "Manifesto do Partido Comunista", p. III (para referência completa, vide Bibliografia).

⁸⁵ Ibid.

⁸⁶ Castoriadis, Cornelius, "Technique" e "Marx aujourd'hui" (para referências completas, vide Bibliografia).

⁸⁷ Harvey, David, **A Justiça Social e a Cidade** (para referência completa, vide Bibliografia).

dos um acesso semelhante ou muito semelhante a recursos sociais. Há, todavia, aquelas localizações cuja importância deriva da valorização social de uma materialidade **natural**; é o caso das praias, bem como dos recantos aprazíveis ou emoldurados por linda e relaxante paisagem. Diferentemente dos bens móveis, ou mesmo dos valores-de-uso imóveis produzidos pelo trabalho social, a Natureza, o espaço natural, não pode ser **reproduzido** para fins de socialização. A praia da Barra da Tijuca, cuja sedução tem por coadjuvante o Maciço da Pedra Branca ao fundo, não pode ser recriada na Baixada Fluminense; e sua capacidade de comportar novos residentes, uma vez começado um processo revolucionário de socialização da riqueza, é evidentemente limitada, ainda que se multipliquem os densos prédios de apartamentos. Como equacionar tal disparidade entre oferta e demanda?

Outro problema é a materialidade agressiva e inumana da forma de habitação típica da metrópole, o grande prédio de apartamentos ou "espigão". Como enfrentar esse aspecto do legado concentracionário? Demolir todos os espigões seria a solução libertária? Mas, pragmaticamente — tenhamos bom senso —, como então alojar grande parte da população citadina, como mobilizar recursos em tempo hábil para refazer tão completamente o Espaço?

Estas são perguntas que não devem ser evitadas. E acredito que a autogestão, se não traz a solução acabada, desde já pronta, para cada uma delas, con-

siste no instrumento mais adequado para o seu encaminhamento. A descentralização da gestão do espaço urbano, liberando potenciais criativos adormecidos ou aprisionados far-se-á acompanhar por uma descentralização dos benefícios, não somente "racional", mas humana e democrática. A finitude do espaço físico admite ser compensada através de acordos em torno da cooperação entre comunidades locais (e regionais), determinando que, quando uma localização for cobiçada e seus atributos não puderem ser reproduzidos, o seu usufruto deverá ser rigorosamente **comunal**. Assim, retomando o exemplo, se só alguns podem fisicamente ocupar a Barra da Tijuca em caráter permanente, então **ninguém** poderá ocupá-la em caráter permanente, e as residências atuais poderão transformar-se em pousadas e centros de lazer comunitários, administrados pela comunidade local. E, da mesma forma, se não é o caso de demolir da noite para o dia todos os espigões, a autogestão, a cooperação e a criatividade liberada poderão tentar subverter a lógica estrutural dessas construções: criando espaços de encontro, procedendo a algumas alterações de estrutura física para adaptá-las a isto; como paliativo, mas como paliativo conscientemente aceito, e sem que se perca jamais de vista um projeto de construção do Espaço em bases radicalmente novas. Um projeto em que se valorize e conceba o bairro como aquilo que ele deve ser numa sociedade livre: um Espaço de comunhão e polêmica, um Espaço vivo de **diálogo**.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Maurício de Almeida. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. *Revista Rio de Janeiro*, 1(2) abr. 1986. [n.p.]
- . *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLANRIO, Zahar, 1987.
- BAUDRILLARD, Jean. *À Sombra das Maiorias Silenciosas*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo, Perspectiva, 1983.
- BERINGUIER, Christian. Se reconnaître dans l'espace de la ville à chacun son quartier! *Espaces et Sociétés*, (34-35), jul./dez., 1980.
- BERTRAND, Michel-Jean; METTON, Alain. "Le 'quartier vécu'". *L'information Géographique*, (2-3), 1975.
- . Contribution à l'analyse géographique du quartier dans l'espace urbain. *La Revue de Géographie de Montréal*, v. XXVIII, nº 1, 1974.

- CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983 (1ª ed. francesa, 1972).
- . *The City and the Grassroots. A Cross-Cultural Theory of Urban Social Movements*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1983.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- . Introdução: Socialismo e sociedade autônoma. In: *Socialismo ou Barbárie*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- . A questão da história do movimento operário. In: *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- . Technique. In: *Les carrefours du labyrinthe*. Paris, Seuil, 1978.
- . Marx aujourd'hui. In: *Domaines de l'homme — Les carrefours du labyrinthe II*. Paris, Seuil, 1986.
- . O domínio social-histórico. In: *Os Destinos do Totalitarismo & Outros Escritos*. Porto Alegre, L & PM, 1985.
- DAMATTA, Roberto. Espaço: casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil. In: *A Casa e a Rua. Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Global, 1986.
- GEORGE, Pierre. *Geografia Urbana*. São Paulo, DIFEL, 1983 (1 ed. francesa: 1961).
- GORZ, André. *Los caninos del paraíso; Para comprender la crisis y salir de ella por la Izquierda*. Laia, Barcelona, 1986.
- GUATTARI, Félix. Espaço e poder; a criação de territórios na cidade. *Espaço & Debates*, nº 16, 1985.
- HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo, HUCITEC, 1980.
- . O Trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço & Debates*, 2(6), jun./set., 1982.
- HAUSER, Philip; MATRAS, Judah. Unidades territoriais de análise. In: PHILIP Hauser (org.), *Manual de Pesquisa Social nas Zonas Urbanas*. São Paulo, Pioneira, 1978.
- LAUWE, P.-H. Chombart de. A organização social no meio urbano. In: OTÁVIO Guilherme Velho (org.), *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- . L'agglomération parisienne. In: P. H. Chombart de Lauwe (coord.), *Paris et l'agglomération parisienne*. Paris, Presses Universitaires de France, 1952.
- LAVEDAN, Pierre. *Géographie des villes*. Paris, Gallimard, 1959 (1ª ed. francesa, 1936).
- LEDROUT, Raymond. *Sociologia Urbana*. Rio de Janeiro, Forense, 1971 (1ª ed. francesa, 1968).
- LEFÈBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo, Documentos, 1969.
- . Barrio y vida de barrio. In: *De lo Rural a lo Urbano*. Barcelona, Península, 1978.
- LÊNIN, Vladimir. *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo, Global, 1982.
- LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo, Martins Fontes, 1982 (1ª ed. norte-americana, 1959).
- MAFFESOLI, Michel. *O Tempo das Tribos. O Declínio do Individualismo nas Sociedades de Massa*. Rio de Janeiro, Forense, 1987.
- MANN, Peter. *An Approach to Urban Sociology*. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1968.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelman*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- ; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: *Obras Escolhidas*. Moscou/ Lisboa, Progresso/Avante!, 1982, tomo I.
- MONKHOUSE, Francis J. *Diccionario de Términos Geográficos*. Barcelona, Oikos-Tau, 1978.
- MONLAU, Pedro Felipe. *Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana*. Buenos Aires, El Ateneo, 1941.
- MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História. Suas Origens, Transformações e Perspectivas*. São Paulo, Martins Fontes/Editora da UnB, 1982.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira; Crítica à Razão Dualista*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- QUANDO a Rua vira Casa. VOGEL, Arno, coord.; SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos, coord. Rio de Janeiro, IBAM, 1981.

- REZENDE, Jó. *Como se Faz a Luta de Bairros*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- SARTRE, Jean-Paul. *Critique de la raison dialectique*. Tomo I — *Théorie des ensembles pratiques*. Paris, Gallimard, 1985 (1ª ed., 1960).
- SHEVKY, Eshret, e BELL, Wendell. Analisis de area social. In: G. A. THEODORSON (org.), *Estudios de ecología humana*. Barcelona, Labor, 1974, v. 1.
- SILVA, L. A. Machado da; RIBEIRO, A. C. Torres. Paradigma e movimento social: por onde andam nossas idéias? *Boletim Paulista de Geografia*, nº 62, 1985.
- SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- SOARES, Maria Therezinha de Segadas. O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro. *Boletim Carioca de Geografia*, II(3-4), 1959.
- SOJA, Edward. The Socio-Spatial Dialectic. In: *Annals of the Association of American Geographers*. V. 70, nº 2, junho de 1980.
- TAYLOR, Griffith. *Geografia Urbana*. Barcelona, Omega, 1954 (1ª ed. inglesa, 1949).
- TAYLOR, Peter; HADFIELD, Harry. Housing and the State: A Case Study and Structuralist interpretation. In: KEVIN Cox e R. J. Johnston (orgs.), *Conflict, Politics and the Urban Scene*. Essex, Longman, 1982.
- TOURAINE, Alain. Relações e conflitos sociais na sociedade pós-industrial. In: *Pela Sociologia*. Lisboa, Dom Quixote, 1982.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço & Lugar*. São Paulo, DIFEL, 1983.
- . *Topofilia*. São Paulo, DIFEL, 1980.
- VELHO, Gilberto. *A Utopia Urbana*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- ZORBAUGH, Harvey. Las áreas naturales de la ciudad. In: G. A. Theodorson (org.), *Estudios de ecología humana*. Barcelona, Labor, 1974, v. 1.

RESUMO

O ativismo de bairro — visto como uma expressão de descontentamento gerada pela crise urbana — nos coloca uma série de importantes questões para reflexão: como pode ser superada a massificação do espaço urbano? É possível conceber uma sociedade futura mais justa que tenha incorporado a espacialidade capitalista? Como pode ser superado o espaço capitalista? Espaço (o bairro, a grande cidade) e relações sociais (o ativismo de bairro) são inseparáveis. Analisar o bairro, analisar o espaço urbano contemporâneo: condição fundamental para se analisar a crise urbana, a dinâmica do protesto urbano e pensar um novo espaço para uma nova sociedade.

ABSTRACT

Neighborhood activism — considered as expressions of dissatisfaction engendered by the urban crisis — pose a series of important questions to us. How can one overcome the massification of urban space? Is it possible to think of a society that is at the same time just and capitalistic in their spaciality? How can one overcome the capitalistic space? Space (neighborhood, district, urban space) and social relations (neighborhood activism) are inseparable. To analyze the neighborhood, to analyze the urban space today: fundamental condition for to analyze the urban crisis, the urban social movements and to think a new space for a new society.